

EDNARD WILLAMS ALVES BEZERRA

DA TÉCNICA À ÉTICA



olhar crítico de Hans Jonas para a construção
de uma ética da responsabilidade

EDNARD WILLAMS ALVES BEZERRA

DA TÉCNICA À ÉTICA



**olhar crítico de Hans Jonas para a construção
de uma ética da responsabilidade**

2024 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Autor

Ednard Willams Alves Bezerra

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Montagem - Foto detalhe de Hans Jonas - efeito/Uniesmero

Fonte da foto: Detalhe baseado em EducaBras (<https://www.educabras.com/aula/hans-jonas>) e PCU-SP (<https://j.pucsp.br/noticia/filosofia-realiza-coloquio-hans-jonas>)

Revisão: O autor

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

	Bezerra, Ednard Willams Alves
B574d	Da Técnica à Ética: olhar crítico de Hans Jonas para a construção de uma ética da responsabilidade / Ednard Willams Alves Bezerra. – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2024. 102 p. : il.
	Formato: PDF
	Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
	Modo de acesso: World Wide Web
	Inclui bibliografia
	ISBN 978-65-5492-083-4
	DOI: 10.5281/zenodo.13315620
	1. Ética. 2. Hans Jonas. 3. Ética da Responsabilidade. I. Bezerra, Ednard Willams Alves. II. Título.
	CDD: 170
	CDU: 17

Os conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seu autor.

Downloads podem ser feitos com créditos ao autor. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniesmero.com.br/2024/08/da-tecnica-etica-olhar-critico-de-hans.html>



**DA TÉCNICA À ÉTICA:
olhar crítico de Hans Jonas
para a construção de uma ética da
responsabilidade**

EDNARD WILLAMS ALVES BEZERRA

APRESENTAÇÃO

A pesquisa aqui apresentada, tem um valor extraordinário, considerando a relevância do filósofo em questão como Hans Jonas e, conseqüentemente, uma temática muito rica e bastante atual, como a questão da Ética em suas mais ricas dimensões. No caso aqui em análise trata-se de um olhar mais perspicaz na relação da Ética com a Técnica em nossos tempos.

Sambemos que os avanços da tecnologia, da técnica e da “tecnologia de ponta”, só tende a se expandir cada vez mais. Portanto, é significativo que esteja sempre acompanhando não somente os avanços que ocorrem com muita frequência, mas que possamos olhar com um olhar analítico-crítico como esta obra apresenta com tanta precisão essa realidade que também é preocupante do ponto de vista ético.

Vivemos uma sociedade bastante acelerada e pragmaticamente ativista. Ocorre uma aceleração social do homem como ser no mundo, porém o que é preocupante, tudo isso tem um preço na vida humana. Mas um projeto desse tamanho envolve as pessoas e, na maioria das vezes, tornar-se um processo alienador. A falta de consciência crítica leva a sociedade a esvaziar-se até no sentido do viver.

Como se estivéssemos perdidos na selva ou no mar sem saber a direção a seguir. Nesse sentido toda dinâmica utilizada, principalmente, nas redes sociais, não tem limite. A força e o poder da Inteligência Artificial são incomensuráveis. Contudo, não se sabe ao certo o seu alcance. Por outro lado, não se pode negar os valores e a riqueza que todos esses avanços que ciência tecnológica traz como benefícios extraordinários à vida humana, tanto do ponto de vista da Biologia, Biotecnologia, Medicina etc., como também, na perspectiva do pensar humano pela Filosofia, Sociologia e, assim por diante.

Entretanto, o autor Ednard Willams mostra sua sublime dedicação em explorar essa fronteira do ponto de vista ético, pois é esse o ponto central que precisamos ter como possibilidades de refletir e analisar numa perspectiva mais humana, e não somente mercadológica, porque essa visão corrobora sempre mais o poder de um totalitarismo econômico em que a maioria da população mundial não tem acesso nem o direito de usufruir das benesses que esses avanços trazem.

O mundo humano vive sempre em busca de superação, superação de si mesmo, superação das situações-limite que a própria existência apresenta por ser o homem um ser de transcendência, logo limitado e incompleto. Sonhar, buscar, ser utópico é uma constante na pessoa humana. Do contrário ela pode afundar mais rapidamente no fundo do poço. Não podemos mais viver no mundo da “Caverna”, mas não podemos olvidar de que nossas conquistas devem nos conduzir a uma realização mais plena da vida.

Não obstante, podemos destacar o que nos diz o próprio autor desta obra na conclusão: “Segundo Jonas, mesmo que não acreditemos na bondade inata do homem, é preciso apostar na liberdade, tendo em vista ser a autonomia um valor moral em si, que impulsiona o sujeito para o senso da responsabilidade e também da sabedoria”.

Ermano Rodrigues do Nascimento

Doutor em Ciências da Educação e Professor do PPGFIL/UNICAP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1	11
ETHOS, TÉCNICA E ÉTICA	11
1.1 Visão grega de <i>ethos</i> e de <i>téchne</i> como <i>poiésis</i>	14
1.2 Conceitos fundamentais e tipos de ética	17
1.3 <i>Ethos</i> , técnica e ética uma relação positiva	20
1.3.1 A técnica no olhar de Hans Jonas	23
1.3.2 O estágio e subdivisões argumentativas da técnica na visão jonasiana	26
CAPÍTULO 2	
HANS JONAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ÉTICA: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE	30
2.1 A heurística do temor: condição inicial para limites da técnica	34
2.2 O conceito responsabilidade	38
2.3 Reflexões sobre a vida e o arquétipo da responsabilidade	44
2.4 Modernidade e responsabilidade ética	48
2.5 Influências da técnica, do ethos e da ética para construção de uma ética da responsabilidade	55
CAPÍTULO 3	
HANS JONAS E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE COMO NOVO PARADIGMA PARA A CONTEMPORANEIDADE ÉTICA	60
3.1 Hans Jonas e a responsabilidade como princípio	66
3.2 Uma ética da responsabilidade, a educação do futuro e a consciência Cidadã	71
3.3 Uma ética aplicada ao homem, aos demais seres e à natureza	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	98
AUTOR	102

INTRODUÇÃO

Diante do risco iminente dos impactos provocados pela técnica moderna, é preciso investigar os resultados desta ameaça a toda biosfera. Nosso olhar sobre o meio ambiente, ao longo do processo histórico, muito embora seja a técnica moderna fruto de um período específico da História, o fato é que na intencionalidade da modernidade, o olhar humano sobre o cosmo se transforma, sobretudo, porque não é um olhar sobre o universo simplesmente contemplativo. O homem moderno expande suas ideias além das regiões conhecidas, dos continentes conhecidos. A importância deste período é destacada por conta da técnica desenvolvida para alcançar os novos objetivos além das áreas conhecidas.

Tomando como base os reflexos dessa nova técnica para o planeta, é preciso debater a possibilidade de construirmos uma nova ética não apenas voltada para o homem, muito embora nessa nova ética segundo Hans Jonas¹, o homem tenha o papel de “curador dos

¹ Hans Jonas nasceu em 10 de maio de 1903, na Alemanha, em Monchegladbach. Teve como professores figuras conhecidas da tradição filosófica como Husserl e Heidegger. Constituiu-se como referente pensador no campo das éticas deontológicas, como repercussão na bioética, tecnoética e ética ecológica. Após envolver-se na Segunda Guerra Mundial, como adepto à causa sionista, decide dedicar-se ao ensino da filosofia. Jonas lecionou na Universidade Hebraica de Jerusalém, por um breve período, antes de mudar-se para a América do Norte, fato ocorrido em 1950, mudou-se para New York. Tornou-se conhecido, primeiramente, por sua obra sobre a Gnose e, mais tarde, por seus trabalhos sobre a filosofia da biologia. Desde o final dos anos 60 voltou sua atenção para as questões éticas suscitadas pelo progresso da tecnologia. Sua obra principal, o princípio responsabilidade, foi publicada em 1979 e constituiu a razão principal para a outorga do título de doutor honoris causa em filosofia, concedido em julho de 1992 pela Freie Universität Berlin. Faleceu em 5 de fevereiro de 1993, em New Rochelle, New York, após ter recebido, alguns dias antes, em Udine, Itália, uma homenagem e um prêmio pela tradução italiana de sua obra principal. Elias Fochesatto, Exigências Filosóficas e Éticas para a Técnica Moderna em: *O princípio responsabilidade*, de Hans Jonas (2006, p. 11).

outros seres e da natureza, além das gerações futuras”. Parafraseando Oswaldo Giacoia (2017), sobre Ética e Responsabilidade, no Café Filosófico: É necessário que nessa ética da responsabilidade, o homem compreenda que o papel dele não é dispor da natureza apenas como uma fonte de recursos inesgotáveis. A ética da responsabilidade oferece ao homem a sofisticada compreensão de que ele é um administrador da natureza, dos seres vivos e das próximas gerações.

Desta forma para entender esse novo paradigma, é preciso compreender a importância da técnica moderna, os interesses e as consequências do desenvolvimento tecno-científico. A ética da responsabilidade não é apenas a possibilidade de seguirmos um caminho diferente da técnica moderna, mas também, a mudança de postura diante do mundo em rápida transformação. É possível pensar como se constituiu a técnica moderna e que suas imbricações possam nos ajudar a encontrarmos um caminho inovador e sustentável comportando a presença e manutenção da vida em equilíbrio no nosso planeta.

CAPÍTULO 1

ETHOS, ÉTICA E TÉCNICA

Para o conhecimento e compreensão de uma sociedade, é necessário analisar o conjunto de hábitos ou crenças que organizam uma comunidade, região, território ou nação. Classificamos como *Ethos* tal entendimento. Na visão de Henrique C. de Lima Vaz, essa análise é ampliada no livro *Escritos de Filosofia II - Ética e Cultura*:

Este sentido de um lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação. A metáfora da morada e do abrigo indica justamente que, a partir do *ethos*, o espaço do mundo torna-se habitável para o homem. O domínio da *physis* ou o reino da necessidade é rompido pela abertura do espaço humano de *ethos* no qual inscreve-se os costumes, os hábitos, as normas e os interditos, os valores e as ações (1993, p. 13).

Considerando tal segmento, *Ethos* é a junção dos costumes, crenças do homem numa determinada comunidade. É importante considerarmos que a palavra *Ética* vem do *ethos*, que significa o modo de ser ou o caráter, e esta *Ética* se desenvolve a partir do cidadão na *pólis*.

A ética antiga grega não é uniforme, apresenta diversas conceitualizações. Para essa reflexão, vale delimitarmos o conceito, sobretudo, para fins de compreensão e objetividade; a ética grega está ligada ao contexto grego, na Antiguidade, à política, à organização da sociedade e apresenta entre outras características a valorização da sabedoria e da virtude, a definição de felicidade e o domínio racional dos desejos e paixões.

Na obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta por exemplo questionamentos e proposições a respeito da virtude e da própria sabedoria filosófica,

A virtude também se divide em espécies de acordo com esta diferença, porquanto dizemos que algumas virtudes são intelectuais e outras morais; entre às primeiras temos a sabedoria filosófica, a compreensão, a sabedoria prática; e entre às segundas, por exemplo, a liberalidade e a temperança. Com efeito, ao falar do caráter de um homem não dizemos que ele é sábio ou que possui entendimento, mas que é calmo ou temperante. No entanto, louvamos também o sábio, referindo-nos ao hábito: e aos hábitos dignos de louvor chamamos virtudes (1979, p. 64).

Essas são algumas características da ética grega antiga.

A preocupação dos gregos naquela época era com os hábitos, os costumes, o que caracterizaria como virtude, sabedoria. E naturalmente o que retirava o homem desse caminho ético, como por exemplo, os vícios e os excessos que na avaliação de Aristóteles distanciam o homem da mediania:

Por outro lado, é possível errar de muitos modos (pois o mal pertence à classe do ilimitado e o bem à classe do limitado, como supuseram os pitagóricos), mas só há um modo de acertar. Por isso, o primeiro é fácil e o segundo difícil - fácil errar a mira, difícil atingir o alvo. Pelas mesmas razões, o excesso e a falta são característicos do vício, e a mediania da virtude: Pois os homens são bons de um modo só, e maus de muitos modos (1979, p. 73).

Essa forma de compreensão da ética, como a relação do homem com seu semelhante é algo que permeia o próprio entendimento da ética ao longo da História até a contemporaneidade, pois, segundo Hans Jonas (2006, p. 35), “A significação ética dizia respeito ao relacionamento direto de homem com homem, inclusive o de cada homem consigo mesmo; toda ética tradicional é antropocêntrica”.

A lógica da ética tradicional é fundamentada no ser humano. A natureza não era considerada responsabilidade do homem, no

entendimento humano até então; era possível para a natureza cuidar de si e continuar sua existência. Na primeira metade do século XX, algo se tornou tão profundo e sofisticado que impulsionou o homem a mudar sua relação com seu semelhante e com a natureza: a tecnologia. Na Antiguidade, a compreensão da técnica baseava-se, de acordo Hans Jonas (2006, p 43), no “tributo cobrado pela necessidade, e não o caminho para um fim escolhido pela humanidade”. É importante esclarecer que ao afirmarmos que o homem passou por diversas mudanças ao longo dos últimos séculos, não estamos dizendo que as consequências de suas ações abrangeram uma consciência social totalizadora. Na realidade, avançamos enquanto sociedade nas mais diversas áreas, por outro lado, em dimensões como a ética ainda se faz necessário aprofundarmos as discussões na busca de convergências. O termo técnica vem do grego *téchne*, que na nossa tradução denominamos “arte” ou “ciência”. A técnica é um procedimento que tem como objetivo um determinado resultado, isso pode ser na arte, na ciência, ou em qualquer outra área. A técnica, portanto, é um conjunto de procedimentos, protocolos e normas que utilizamos como meio para obtenção de uma meta. Fernando Puentes, no artigo *A Téchné em Aristóteles* destaca uma forma de conhecimento no contexto e entendimento dos gregos no sentido de que podemos considerar que,

[...] o espectro semântico recoberto pelo termo grego *téchne* é muito mais abrangente do que o que a sua tradução mais usual, arte, significa para nós. Isto ocorre porque ele não se refere apenas e tão somente à habilidade ou destreza de um especialista qualificado capaz de produzir com maestria algum artefato, mas também a uma dimensão teórica e especulativa (2015, p. 129).

É um sentido que vai mais além e se amplia no entendimento e decorrer do pensamento filosófico como continua explicando Puentes (2015, p. 129): “Essa relação estreita entre *téchné*, por um lado, e o

conhecimento teórico, por outro, é o que explica e fundamenta a intercambialidade dos termos *téchne* (arte) e *epistéme* (ciência) durante todo o século V a.C.”.

Contudo, é importante compreender os múltiplos conceitos da técnica para poder dimensionar sua importância na contemporaneidade e entendê-la, especialmente, em sua complexidade.

1.1 Visão grega de *ethos* e de *téchne* como *poiésis*

O *ethos* na concepção grega é caracterizado pelo conjunto de crenças e hábitos que definem um povo ou uma unidade comum. Alguns elementos determinam a identidade de grupo que por sua vez contribuem na construção do *ethos* de um determinado povo ou nação. Como, por exemplo, a História desse povo pode ser determinante para formação de uma identidade cultural, considerando seu valor para a formação do *ethos* cultural, assim explica Lima Vaz (1993, p. 20): “Na estrutura do tempo histórico do *ethos*, o passado, portanto, se faz presente pela tradição, e o presente retorna ao passado pelo reconhecimento da sua exemplaridade”. Portanto, é olhando para o passado que nos mantemos atuais através da tradição, e é no reconhecimento da tradição e de seus exemplos que identificamos e construímos o *ethos*.

Na compreensão e mesmo definição de *ethos* nos deparamos com os elementos que contribuem para sua formação como: os costumes de um povo, seus hábitos e seus comportamentos o definem como tal. Por isso, a lógica para constituição do *ethos* passa pela

necessidade da *práxis* (ação). Enfatizando a análise de Lima Vaz (1993, p. 15), faz-se jus destacar que nessa busca de compreensão e entendimento o que existe, de fato, “Entre o processo de formação do hábito e o seu termo como disposição permanente para agir de acordo com as exigências de realização do bem ou do melhor, o *ethos* se desdobra como espaço da realização do homem, ou ainda como lugar privilegiado de inscrição da sua *práxis*”. Todavia, esse conhecimento dispõe sobre processos genéticos dos hábitos, ou de disposições habituais por determinadas ações que caracterizam um povo, grupo ou etnia.

A *práxis* na compreensão aristotélica indica ação e significa, conforme Adriana Tabosa (2019, p. 49): “os instrumentos inanimados são instrumentos de produção, enquanto o instrumento animado é um instrumento de ação”. A autora faz uma distinção entre o conceito de *práxis* como ação ao de *poiésis* como produção. Um objeto como uma cama, por exemplo, tem como finalidade apenas o seu uso. Entretanto, a atividade é em si mesma o seu próprio fim; é neste caso uma ação. Já outro objeto como um tear, apresenta uma atividade transitiva que visa a um fim, nesse caso trata-se da *poiésis* enquanto produção.

Segundo Aristóteles (1979, p. 144), o sentido de produção e ação se diferenciam porque a finalidade de produzir está em si mesmo, ou seja, “Com efeito, ao passo que produzir tem uma finalidade diferente de si mesmo, isso não acontece com o agir, pois que a boa ação é o seu próprio fim”. Na compreensão aristotélica, o agir tem o sentido teórico, ético, por isso consiste na reflexão, na ideia. Já o fazer tem o significado de prática, enquanto a objetivação da ideia. Então, a *práxis* humana compreende uma ação em que une teoria e prática. Logo, a

poiésis como produção, consiste na ação enquanto resultado do fazer humano; e assim produzimos objetivando um produto.

A *téchne*, compreendida por Aristóteles como arte, é uma atividade eminentemente humana. Sendo assim, Puentes (ano 3, n. 4, p. 130), afirma que “todo homem aspira naturalmente ao saber”. É necessário entender que existe um elo expressivo através de múltiplas faculdades psíquicas que habilitam o conhecimento humano. Daí, a atitude reflexiva nos impulsiona à percepção que nos leva à memória e à experiência. Nesse caso, podemos limitar objetivamente tanto a ciência (*epistéme*) e a arte (*téchne*) como ações eminentemente dos seres humanos.

Contudo, vale salientar que a arte (*téchne*) surgiu antes da ciência (*epistéme*), pois segundo os gregos, a *téchne* surgiu da tentativa concreta de atender às necessidades humanas, na busca de amenizar as dificuldades da vida. A ciência (*episteme*) visa à contemplação humana, no sentido de teorização do pensamento reflexivo. De acordo com Aristóteles, a matemática teria surgido no Egito, pois os seus criadores (sacerdotes), exclusivamente lá, estariam desincumbidos dos exercícios de determinadas atividades na sociedade, permitindo aos sacerdotes a elaboração de um conhecimento que não se preocupava em solucionar necessidades específicas e muito menos laboriosas. Não obstante, a arte enquanto *téchne*, surgiu inicialmente, visando atender às circunstâncias reais da vida, e somente depois surgiu a ciência em seu sentido epistemológico, sobretudo porque não havia nenhuma exigência direta para sua criação.

1.2 Conceitos fundamentais e tipos de ética

Podemos separar dois momentos da História da Ética, no primeiro, classificado por Pegoraro (2008), como Interiorização. Esse momento é considerado o mais longo, voltou-se para as questões humanas: a virtude, o bem, a política, a organização social, a felicidade, a racionalidade entre outras. No segundo momento, trata da importância atribuída à objetividade da ética, pois a procura não será a interiorização da razão, mas seu caráter objeto. Por exemplo, as formas de vida, a ética e outras realidades da natureza e o meio ambiente.

Com isso houve uma ampliação da compreensão da ética e suas diversas classificações. É válido salientar esse momento mais recente da ética, especialmente entre suas diversas classificações como a Ética da Responsabilidade. Nesse sentido, Adela Cortina (2005, p. 113) explica que “A ética da responsabilidade, por sua vez, atende aos efeitos das ações pelos quais assume a responsabilidade. O conceito de responsabilidade compreende as consequências não previsíveis”. Ao longo da História da Ética, também vamos encontrar classificações de uma estrutura lógica da Ação Moral, por exemplo: um grupo de filósofos denominados de “Filósofos Morais” descreveu a maneira como as pessoas se comportam como sendo assuntos morais; outro grupo argumenta a forma tal qual as pessoas devem se comportar. Classificamos inicialmente a primeira ética por descritiva e a segunda de ética normativa.

No naturalismo ético, os julgamentos morais são crenças que se apresentam como verdadeiras ou falsas (cognitivismo), e que as propriedades morais existem (realismo) e são propriedades naturais. Já o não-naturalismo ético afirma que os julgamentos morais são crenças

que pretendem ser verdadeiras ou falsas e que propriedades morais existem, mas são propriedades não naturais. A ética de motivos busca na investigação empírica as causas das ações, objetivando encontrar as motivações das condutas do homem. No caso das **éticas de fins**, além da procura das motivações que conduzem o homem nas suas ações, é característica destas éticas a busca pela sua essência, as ações humanas na procura de sua plenitude. Partindo dessa compreensão, podemos destacar uma classificação sobre ética, ou seja, as éticas são classificadas também como:

- **Éticas materiais e éticas formais**, no caso da primeira é condicionada pela presença do “real”, do prazer, da felicidade. Nesta concepção ética, a tarefa básica é descobrir o “bem”, caracterizando-o em conteúdo. Quanto às éticas formais não estão condicionadas aos conteúdos e, por isso, podemos destacar que na visão kantiana o homem deve ser guiado pela razão e não pela experiência;
- **Éticas procedimentais**, afirmam que a função da ética é descobrir procedimento que possibilitem a legitimação (e deslegitimação) de comportamentos e normas advindas do cotidiano;
- **Éticas substancialistas discorrem**, por exemplo, sobre a correção de condutas a partir de um contexto social, ou ações compartilhadas da vida boa. Para os substancialistas, o discurso principal moral não é descrever sobre normas justas, mas é conceber a moral dos fins, das virtudes e dos bens em comunidade e no contexto real;
- **Éticas deontológicas** têm como valor a intencionalidade da ação, ou seja, o valor moral das ações depende da intenção do agente;

- **Éticas teleológicas** são consequencialistas, isso quer dizer que as boas ações se medem por suas consequências. Numa definição mais simples, o valor moral das ações depende das suas consequências;
- **Éticas da intenção ou convicções** trata-se, neste caso, das convicções pessoais de determinado político por exemplo, nas suas crenças e comportamentos é adepto da redução da carga tributária, mas ao assumir uma função pública percebe que precisa atender de maneira mais eficiente a população e, que precisa contratar mais funcionários para prestar um melhor serviço à população e, para isso se faz necessário arrecadar mais impostos para suprir as necessidades e serviços demandados. Aplica-se aí o dilema do homem público entre **a ética da intencionalidade ou convicção e a ética da responsabilidade**. Citamos como exemplo a má distribuição da riqueza presente no mundo, uma parte importante da humanidade passa fome, portanto, seria injusta a distribuição da riqueza no mundo. Tal afirmação acima não é apenas uma opinião, mas a proposição indica que é preciso mudar, e esse pensamento é racional e universalizante. Isso quer dizer que tais considerações são moralmente justas;
- **Éticas da justiça ou ética dos mínimos** têm por objetivo a dimensão do fenômeno moral, deveres da justiça exigido a todos os seres racionais.
- **Éticas dos máximos**, da felicidade, nesta ética o conjunto de bens que podem ser desfrutados pelo homem recebe uma gradação na busca de alcançar a maior felicidade

possível. Daí seu nome ética dos máximos, ora tal comportamento pode ser aconselhado como modelo, uma espécie de conduta, mas não uma exigência, apenas uma orientação, uma vez que a felicidade é objeto de convite.

É de suma relevância entendermos que os tipos e/ou modelos de ética são essenciais para podermos compreender a dimensão de universalidade que a ética, por sua vez, abrange em sua dimensão intelectual e moral no ser humano.

1.3 Ethos, ética e técnica uma relação positiva

Paradoxalmente assim nos parece quando tratamos de três questões essenciais positivamente como: *ethos*, ética e técnica para podermos perceber o quanto se faz necessário entendermos que o ser humano se apresenta e se estrutura em suas relações pessoais e interpessoais como um ser de vanguarda, e que, por isso mesmo, sempre se coloca além do seu tempo. Essa compreensão nos faz cada vez mais entendermos a dimensão da transcendência humana. O homem é um ser inquieto, curioso, investigativo, sonhador, futurista, utópico que não se conforma com uma só resposta e, assim, luta, busca, interpela, encontra soluções para as mais variadas e complexas situações-limite.

Nesse sentido, tanto a dimensão moral da existência, quanto a ética do agir humano, direciona o homem para uma ação mais coerente com seus desejos, vontades, acertos e erros. Eis o porquê da relevância existente entre *ethos*, ética e técnica.

Com relação ao *ethos*, já evidenciamos o quanto merece respeito e cuidado manter em equilíbrio, em harmonia essa dimensão da ação

humana. Por ser o homem responsável imediato pelo seu crescimento e amadurecimento como pessoa em seu ambiente de convivência com os demais, assim também é ele que se lança na eterna Aventura do criar, do transformar, do mudar. Para Pierre Lévy:

A inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos, não sou “eu” que sou inteligente, mas “eu” com o grupo humano do qual sou membro, com minha língua, com toda uma herança de métodos e tecnologias intelectuais (dentre as quais, o uso da escrita (1993, p 135).

Nesse contexto, podemos afirmar que a humanidade promoveu o seu progresso, ou seja, nas mais diversas áreas do conhecimento humano houve sim um progresso; a humanidade progrediu nas diversas áreas seja na técnica, na ciência, nas organizações sociais etc. De acordo com o pensamento jonasiano

Não há dúvida de que existe progresso na “civilização”, geralmente em todas as modalidades de saber humano que são capazes de acumular-se para além da vida individual (porque são transmissíveis) e constituem patrimônio coletivo, ou seja, na ciência e na técnica, na ordem social, econômica e política, na segurança e conforto da vida, na satisfação das necessidades, na diversidade dos objetivos produzidos culturalmente e de modos de desfrute, na ampliação do acesso a eles, no desenvolvimento do direito, na consideração pública pela dignidade pessoal – e, naturalmente, também nos “costumes”, ou seja, nos hábitos externos e internos da vida coletiva, que podem ser mais brutos ou mais refinados, mais gentis, mais violentos ou mais pacíficos (e que poderia conduzir à constituição de “temperamentos nacionais”, cujas características impregnariam todos os indivíduos do grupo). Em todos esses aspectos existe um progresso em direção ao melhor, ou pelo menos ao mais desejado – e, como também sabemos, existem regressões, algumas assustadoras (Jonas, 2006, p. 269).

Diante de tais considerações é possível afirmarmos que progredimos enquanto civilização, em determinados momentos regredimos. Não existe uma linearidade no progresso da civilização; o holocausto é prova dessa não linearidade, a utilização de artefatos nucleares contra sociedades civis, a ausência de acesso à saneamento básico e medicamentos em diversos lugares do mundo como grande

parte do continente africano e diversas regiões da América do Sul, causando a morte de milhares de pessoas.

A modalidade mais consistente do progresso da civilização humana durante a História foi o progresso da ciência e da técnica, segundo Hans Jonas isso acontece

de forma evidente e incontestável; e a situação atual de ambas - indissoluvelmente unidas - indica uma continuação indefinida do seu movimento no futuro (provavelmente até um aumento exponencial dos resultados). De qualquer forma, por sua natureza e a dos objetos de que trataram, a ciência e a técnica são capazes de continuar se acumulando sem encontrar nenhum obstáculo. No seu caso, o progresso, e até mesmo o progresso potencialmente infinito, é um fato inequívoco, e seu caráter acumulativo - significando que o último elemento é sempre superior ao que lhe precede - não é simplesmente uma questão de interpretação. Menos clara é a questão do seu preço (2006, p. 269-270).

Fica claro portanto que o progresso científico e sob o ponto de vista técnico faz parte de uma evidência. É algo incontestável, e seu aspecto acumulativo também. Mas talvez o grande desafio seja mensurar os custos desse progresso, sobretudo procurar detalhadamente dimensionar os impactos de todos esses avanços. Quanto mais se eleva o patrimônio da cognição humana, ou seja, o acúmulo de conhecimento e saberes na contemporaneidade vai se tornando mais complexo. Uma vez que esse conhecimento vai ficando mais fragmentado e voltado para os especialistas. A fragmentação do poder da técnica ocorre também, pois seu conhecimento não se limita a um determinado espaço geográfico específico e com impactos e consequências difíceis de serem mensurados, denotando tamanha complexidade. Por isso, é preciso refletir sobre a ciência e o progresso técnico na procura por uma análise desse progresso permitindo encontrarmos os limites éticos. Segundo Jonas, diferente da ciência, o progresso da técnica pode não ser algo desejável,

Esta situação aponta para o fato de que, diferentemente da ciência, o progresso pode não ser desejável (pois a técnica não se justifica como tal, mas apenas pelos seus efeitos). Mas ela partilha com o seu criador, a ciência, que se tornou seu gêmeo, a ideia de que o movimento autônomo é um fato unívoco, no sentido de que cada novo passo seja a superação do anterior. Observe-se que esse não é um julgamento de valor, mas uma constatação objetiva: podemos deplorar a invenção de uma bomba atômica dotada de poder destrutivo ainda maior e considerá-la como valor negativo. Porém, o que lamentamos é exatamente o fato de que ela seja tecnicamente “melhor”; nesse sentido, sua invenção é um progresso, lamentavelmente” (Jonas, 2006, p. 271).

Daí a importância da discussão ética, imprescindível avaliar se os desdobramentos da técnica, já que não é apenas pelo fato de caracterizar a técnica como autônoma, ou que o advento de um novo conhecimento técnico seja suficiente para justificar a sua existência. É necessário nos apropriarmos cada vez mais da “essência da técnica” como diria Pierre Lévy (1993, p 195), “Mais uma vez descobrimos o alcance político dessa discussão: quanto mais “a técnica “for concebida como autônoma, separada, fatal, toda-poderosa e possuidora de uma essência particular, menos pensaremos que ainda temos poder”. Com base nessas considerações, podemos destacar que há espaço para construção crítica e para a intervenção na técnica e nos impactos promovidos pelo seu progresso.

1.3.1 A técnica no olhar de Hans Jonas

A filosofia jonasiana foi vista ao longo do tempo devido ao olhar de Hans Jonas sobre a técnica de um pensador distópico; em outras palavras, por causa da visão negativa sobre a técnica e sobre os avanços tecnológicos não imbricados pela ética. Para Jonas, a técnica não é um destino inquestionável, há possibilidade de atuar sobre ela.

Na filosofia de Heidegger, a tecnologia é considerada neutra e era vista como inevitável. Na visão de Hans Jonas, a técnica não é neutra, como também não é um destino inexorável, pois não cabe aqui falar de destino como muito se fundamentava o pensamento empírico e mítico de várias culturas, inclusive a grega.

Estamos refletindo a partir de um poder em que é necessária a análise ética sobre sua utilização. Na perspectiva de Jonas não é preciso uma visão fatalista da técnica, assim como também não é necessária uma tecnofobia - medo da técnica, mas sim, uma aproximação do ser humano desta técnica objetivando maior controle a partir dessa aproximação, evitando, então, o distanciamento e a neutralidade. Essa seria inicialmente a estratégia para humanizar ou (re-humanizar) a tecnologia.

A técnica é um modo de transcender, a possibilidade de elaborar uma maneira de evitar a morte, assim afirma Oliveira (2014, p. 92): “é uma etapa importante da abertura da vida em direção ao mundo, manifestação de um poder que conduz à expansão das condições da vida”. Esse entendimento da técnica nos mostra um poder que amplia as condições de existência dos seres vivos. Sendo uma abertura, segundo Oliveira (2014), há um gesto de liberdade e quanto mais liberdade, mais riscos. Sendo a técnica uma forma de poder, forma essa que exerce o poder para efetivar a vida. A técnica é o modo do ser, do ser vivo, portanto, ontológica. Sendo assim, diante do limite da vida, de sua fraqueza, materializa-se como uma ação libertadora e, que representa diante do risco, um poder que precisa de um limite fundamentalmente ético.

Compreendendo melhor a técnica, percebemos que não é preciso temer ou mesmo rejeitar sua importância. Contudo, é a partir da lógica

que o ser humano é a afirmação ética de si e, no exercício de sua ação, a técnica manifesta seu poder. Por isso, segundo o pensamento jonasiano na leitura e interpretação de Oliveira (2014, p. 93), “A técnica é uma forma de ação porque representa uma forma de poder”. É uma autoafirmação do ser, necessidade de autopreservação. É algo considerado válido para o homem.

De acordo com Oliveira (2014), a técnica pode ser descrita como aquela que possui uma dinâmica formal, ou seja, é um empreendimento coletivo continuado que segue leis de movimentos próprios. Há uma unificação de instrumentos e habilidades à ciência. A tecnologia estaria, segundo Jonas, nessa junção da técnica ao conhecimento da ciência. Há também um conteúdo substancial na técnica que implica e fundamenta seu uso de acordo com Hans Jonas (1997, p. 15 *apud* Oliveira, 2014, p. 93), explica que “as coisas que fornece para o uso humano, o património e os poderes que confere, os novos objetivos que nos abre ou dita, e as próprias novas formas de atuação e condutas humanas”, são essenciais para tal compreensão.

Entretanto, o conteúdo da técnica é representado nos objetos, nas coisas, nas diversas maneiras e impactos no mundo. Sendo assim, a técnica como um poder, e como poder de ação necessita de uma análise moral. A técnica carece uma dinâmica ética. Nesse momento passamos a aceitar e mais que isso, refletir sobre a importância da responsabilidade humana diante de todo poder presente neste paradigma contemporâneo.

À medida que nos aprofundamos sobre a utilização da técnica ao longo da História nos deparamos com o advento de duas concepções da técnica: na avaliação de Hans Jonas, havia dois momentos da técnica, a saber: a técnica pré-moderna e a técnica moderna. A técnica

pré-moderna, conforme Jonas (1997, p. 16 *apud* Oliveira, 2014, p. 94), consiste no “uso de ferramentas e dispositivos artificiais para o negócio da vida, junto com sua invenção originária, fabricação repetitiva, contínua melhora e ocasionalmente também adição ao artesanal existente”. Em relação à Modernidade, a técnica é caracterizada como um empreendimento e um processo. Nesse momento, a técnica é investida e passa a ser denominada de tecnologia, visto que durante a maior parte do tempo o movimento da técnica era lento, diferente da técnica na Modernidade.

Para Jonas (1997), as revoluções na agricultura, na metalurgia e a revolução urbana ocorreram como conseqüências e casualidades, porém, a revolução bélica não. As revoluções citadas, à exceção da bélica, foram guardadas por seus inventores. No período pré-moderno não houve a ideia de “um progresso continuado”, não houve nem um “método intencional” para a produção. Era classificado para antes ser adequado a seus fins. A técnica por isso era um elemento de orgulho para o povo e também confirmava a sua identidade. No período Pré-moderno não havia a concepção de progresso continuado. Também não existia um método intencional, ou seja, a experimentação, riscos ou perigos e provas para produzi-los.

1.3.2 O estágio e subdivisões argumentativas da técnica na visão jonasiana

A técnica moderna na visão jonasiana apresenta um estágio subdividido em quatro argumentos, que em Hans Jonas (1997, p. 18 *apud* Oliveira, 2014, p. 94), consiste a partir da técnica moderna não

levando em conta o equilíbrio ou a satisfação porque é fomentado a necessidade de dar novos passos em todas as direções possíveis. É partindo dessa premissa a afirmação de quem motiva o avanço técnico é a neofilia, ou seja, a paixão exagerada ou doentia pelas novidades ou pelas ideias novas. O segundo, baseia-se na inovação e sua dispersão sobre a comunidade científica (através da difusão tecnológica), ou seja, (da intercomunicação universal do saber), associada e motivada pela competência ou competição. Em terceiro lugar, a lógica da linearidade foi modificada, isto é, a relação entre meios e fins, antes linear, agora passou a ser circular e dialética, o que quer dizer, todavia, que os objetivos podem satisfazer novas relações com a técnica e essa técnica pode ser justificada com base em outros objetivos.

As demandas tecnológicas promovem, contudo, tantas outras demandas no ciclo vicioso, produzindo cada vez mais necessidades e, de acordo com Oliveira (2014, p. 95), “Nesse sistema, a tecnologia gera novas necessidades e sua tarefa se apresenta como interminável, porque objetivos não solicitados se transformam em necessidades vitais quando associados à “dieta socioeconômica” que transforma a gula em virtude e o consumo em regime de vida”. O quarto motivo é fomentado pelo progresso alheio à vontade do homem. Mesmo não exprimindo uma neutralidade, a ideia de valor se baseia no fato de que cada estado superior é superior ao precedente; seguindo essa lógica a técnica se transforma num destino.

Com base na crítica ao que Jonas chama de dimensão utópica da técnica, ocorre, por sua vez, a pressão pela competência/competição justificada a partir da ideia de poder, prestígio, benefício e segurança. O investimento elevado que financia a produção da inovação; o aumento da população e o esgotamento das reservas naturais

funcionam como impulsos, pois a mesma técnica também acredita que poderia resolver os problemas por eles criados. Isso estimula a crença, mesmo que hipotética, de que a técnica pode criar um “mundo cada vez melhor”.

A técnica moderna dispõe em sua dinâmica de mudanças, de acordo com Hans Jonas (1997), nos princípios ontológicos e gnosiológicos, respectivamente (conhecimento que vem do ser e estudo dos limites do conhecimento e como se dá a cognição), disposição essa da ideia de um progresso ininterrupto. No primeiro momento, é proposta a ideia de que pode haver um progresso sem limites, uma vez que teria sempre algo novo e melhor que poderia ser encontrado. Para justificar suas intenções, a técnica se apoia na História do êxito, na premissa teórica de que as coisas se abrem sem limites para serem conhecidas, ou seja, de que há possibilidades que não se esgotariam no conhecimento e manipulação da técnica sobre a natureza.

Nessa perspectiva, a natureza é vista como fonte infinita nos induzindo a pensar que as investigações e as pesquisas nunca se findarão e que o processo científico está vinculado ao tecnológico. Partindo deste pressuposto para a ciência alcançar seus objetivos, Oliveira (2014, p. 96) faz alguns destaques importantes ao afirmar que a “ciência precisa de uma tecnologia cada vez mais refinada e fisicamente forte”. Nessa lógica, a natureza se transforma num “laboratório de larga escala”. Logo, a ciência que cresce em dependência da “revolução permanente” se vê envolvida num conjunto de impulsos tecnológicos indefinidos.

Com base nesses pressupostos, segundo Jonas (1997, p. 24 *apud* Oliveira, 2014, p. 96), a relação hierárquica entre saber e espírito

DA TÉCNICA À ÉTICA:

olhar crítico de Hans Jonas para a construção de uma ética da responsabilidade

são modificados; a relação entre teoria e prática sofrem profundas alterações, considerando que há uma aristocrática autossuficiência da busca pela verdade presente no mundo grego, que se baseava na contemplação e o aspecto que antes era meio transformou-se em fim, ou seja, o progresso humano passou ao entendimento de que seria uma elevação de poder a poder.

CAPÍTULO 2

HANS JONAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ÉTICA: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

A base da responsabilidade em Hans Jonas tem por objetivo os enormes desafios da ética em função da vulnerabilidade da natureza. O século XX foi marcado por enormes avanços da ciência e da tecnologia. Na avaliação jonasiana as éticas tradicionais não dão conta desses novos desafios. Segundo Oliveira, nessa realidade,

Trata-se de reconhecer que a técnica representa um novo poder de ação, um novo modo de agir. Ora, se a ética é, em poucas palavras, a ciência do agir, então é como tal que ela deve enfrentar o novo cenário tecnológico moderno, para o qual, segundo Jonas, as éticas tradicionais não são mais suficientes (2014, p. 123).

Na sua Obra “O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para civilização tecnológica”, Jonas elabora uma nova ética tomando por base a ontologia fundamental, ou seja, a possibilidade de um princípio ético da responsabilidade de todos os seres humanos e do respeito à convivência, envolvendo todos os seres vivos num contexto onde a ciência tem predominância. Para o pensador Jelson Oliveira (2020), os maiores crimes técnicos do século XX foram os experimentos da biotecnologia; os experimentos da medicina nos campos de concentração nazista e a utilização das armas nucleares em Hiroshima e Nagasaki em 1945.

Esses marcadores da técnica modificaram a relação do homem com o meio de maneira definitiva. Se antes a ação humana, objeto de

estudo da ética, acontecia nos limites do próprio ser humano ou num raio de ação presumido, as implicações e consequências dessas ações poderiam ser mensuradas, agora não mais. As éticas intra-humanas, portanto, tradicionais, não irão comportar esse novo contexto histórico em que a natureza é o novo objeto da ética. A ética tradicional não dispõe de argumentos convincentes para embasar um debate acerca da ação do homem sobre a realidade em que vivemos. Principalmente, por ser um período histórico marcado pela ciência e pela técnica. Por isso, é determinante o desenvolvimento de uma ética que comporte a existência do homem e também das mais diversas formas de vida existentes no planeta. Sendo assim, a ética da responsabilidade de Hans Jonas, além evidentemente de ser um princípio ético, traz na sua contextualização, uma relação dialógica e crítica num período da História baseado na técnica e na ciência.

Para essa nova ética será preciso de acordo com Hans Jonas determinar o papel do saber. No cenário de tecnologia onde os riscos atuais são incalculáveis, e por muitas vezes podem ser irreversíveis, questiona-se o lugar e a importância da própria tecnologia nessa sociedade. Para melhor compreender o contexto desse cenário, Jonas esclarece afirmando que:

Sob tais circunstâncias, o saber torna-se um dever prioritário, mais além de tudo o que anteriormente lhe era exigido, e o saber deve ter a mesma magnitude da dimensão causal do nosso agir. Mas o fato de que ele realmente não possa ter a mesma magnitude, isto é, de que o saber previdente permaneça atrás do saber técnico que confere poder ao nosso agir, ganha, ele próprio significado ético. O hiato entre a força da previsão e o poder do agir produz um novo problema ético. Reconhecer a ignorância torna-se, então, o outro lado da obrigação do saber, e com isso torna-se uma parte ética que deve instruir o autocontrole, cada vez mais necessário, sobre o nosso excessivo poder. Nenhuma ética anterior vira-se obrigada a considerar a condição global da vida humana e o futuro distante, inclusive a existência da espécie. O fato de que hoje eles estejam em jogo exige, numa palavra, uma nova concepção de direitos e deveres, para a qual nenhuma ética e metafísica antiga pode

sequer oferecer os princípios, quanto mais uma doutrina acabada (2006, p. 41).

Por isso é necessário para a sobrevivência humana e a dos outros seres vivos o reconhecimento do enorme poder ofertado pelo conhecimento da técnica e da ciência nesse novo paradigma global onde, e a todo instante, o poder da técnica se manifesta, mas não é possível prever exatamente os seus impactos. O que por sua vez não invalida o saber, muito pelo contrário, chegar a reconsiderar que é preciso ter muito cuidado, pois não se domina e na maioria das vezes não reconhecer as consequências e implicações desse enorme conhecimento tecno-científico é sinônimo de humildade. Portanto, compreender que não sabemos, nesse caso, além de uma prova de humildade é o que talvez nos mantenha com a esperança no futuro e na possibilidade do advento de um novo modelo ético. Porque de acordo com Jonas,

A presença do homem no mundo era um dado primário e indiscutível de onde partia toda ideia de dever referente à conduta humana: agora, ela própria tornou-se um objeto de dever – isto é, o dever de proteger a premissa básica de todo o dever, ou seja, precisamente a presença de meros candidatos a um universo moral no mundo físico do futuro; isso significa, entre outras coisas, conservar este mundo físico de modo que as condições para uma tal presença permaneçam intactas; e isso significa proteger a sua vulnerabilidade diante de uma ameaça dessas condições (2006, p. 45).

A poderosa técnica atual que se estende e amplia o poder da ação humana diagnostica indícios da imensidão desse poder, mas também podemos concluir a dificuldade em delimitá-lo na biosfera e claro de entender as suas consequências. Outra característica determinante da técnica é sua ambivalência, isto é, ela não é boa e também não é má. Porém, enquanto poder, assim visto por Jonas (2013, p. 59), precisa de controle, e isso implica afirmar que, “[...] a “ambivalência” da técnica está estreitamente ligada à sua “grandeza”, isto é, à desmesura de seus

efeitos no espaço e no tempo”. Contudo, mesmo tendo um bom comportamento ou uma boa conduta, o indivíduo não pode garantir com segurança as consequências e os efeitos dessa técnica. Contudo, a necessidade do saber transforma-se num dever entre várias prioridades.

Hans Jonas apresenta seus questionamentos e inquietudes acerca do contexto atual, levando em consideração a *téchne*, como característica do esforço do homem. Partindo desse ponto, o homo faber teria ampliado seu potencial em relação ao *homo sapiens*. Necessitando-nos de uma ética inovadora, responsável e preocupada com o poder da técnica. Na perspectiva de Hans Jonas, faz-se necessário entender que,

Hoje, na forma da moderna técnica, a *téchne*, transformou-se em um infinito impulso da espécie para adiante, seu empreendimento mais significativo. Somos tentados a crer que a vocação dos homens se encontra no contínuo progresso desse empreendimento, superando-se sempre a si mesmo, rumo a feitos cada vez maiores. A conquista de um domínio total sobre as coisas e sobre o próprio homem surgiria como a realização do seu destino. Assim, o triunfo do homo faber sobre o seu objeto externo significa, ao mesmo tempo, o seu triunfo na constituição interna do *homo sapiens*, do qual ele outrora costumava ser uma parte servil. Em outras palavras, mesmo desconsiderando suas obras objetivas, a tecnologia assume um significado ético por causa do lugar central que ela agora ocupa subjetivamente nos fins da vida humana (2006, p. 43).

Com um olhar mais crítico, podemos perceber que no período da ciência e da tecnologia, a técnica adquiriu *status* de um fim em si mesma. Então, podemos questionar se realmente tal realidade em que a técnica está se expandindo na sociedade do capital e na consciência humana proporciona uma ética que construa e fortaleça o homem a partir de sua subjetividade? A questão paira sobre nós.

Todavia, o momento atual faz-nos analisar como a tecnociência engloba ameaças constantes a toda biosfera. É o primeiro momento em

nossa História que cada indivíduo, nação e cultura se vê ameaçado por um conflito ético comum. É a partir desse olhar jonasiano que,

A magnitude e o campo de ação da moderna práxis técnica em seu conjunto e em cada um de seus empreendimentos particulares são tais que introduzem toda uma dimensão adicional e nova no marco do cálculo dos valores éticos, dimensão esta que era desconhecida a todas as formas precedentes de ação (Jonas, 2013, p. 54).

A partir deste contexto, é proposta uma nova ética capaz de garantir e assegurar aos homens a capacidade de governar os poderes e as consequências de suas ações na contemporaneidade. É por isso que uma ética voltada para o indivíduo não é capaz de enfrentar os grandes desafios. Faz-se necessária uma ética que fundamente uma responsabilidade solidária e universal para toda a humanidade. Não obstante, à procura de um fundamento racional inspirado na ética da responsabilidade deve ser uma constante para o homem atual. Uma vez que esse homem está diante do desafio da assunção, numa dimensão global, a obrigatoriedade da responsabilidade de suas atitudes, ou seja, de suas ações.

2.1 A heurística do temor: condição inicial para limites da técnica

É preciso compreender que do conhecimento admitido pela técnica e marcado pela ciência surge um poder demasiado, repleto de possibilidades, que inclusive, historicamente jamais seria imaginado. Diante disso nos deparamos com um abismo entre o enorme poder da técnica e o agir do homem responsável. Nesse momento Hans Jonas inaugura uma possibilidade de aprender imaginando:

Esse elo intermediário de união e concretização, que descreve as situações futuras, não está separado da parte que refere aos

princípios fundamentais; ao contrário, ele está presente nesses próprios princípios, de modo heurístico. Assim como não sabemos sobre a sacralidade da vida caso não houvesse assassinatos e o mandamento “ não matarás” não revelasse essa sacralidade, e não saberíamos o valor da verdade se não houvesse a mentira, nem o da liberdade sem a sua ausência, e assim por diante – assim também, em nosso caso, na busca de uma ética da responsabilidade a longo prazo, cuja presença ainda não se detecta no plano real, nos auxilia antes de tudo a previsão de uma deformação do homem, que nos revela aquilo que queremos preservar no conceito de homem. Precisamos da ameaça à imagem humana – e de tipos de ameaça bem determinados – para, com o pavor gerado, afirmarmos uma imagem humana autêntica. Enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e por que devemos fazê-lo: por isso, contrariando toda lógica e método, o saber se origina daquilo contra o que devemos nos proteger. Este aparece primeiro e, por meio da sublevação dos sentimentos, que se antecipa ao conhecimento, nos ensina a enxergar o valor cujo contrário nos afeta tanto. Só sabemos o que está em jogo quando sabemos que isto ou aquilo está em jogo (2006, p. 70-71).

A lógica neste caso específico estaria no aprendizado hipotético na condução futura da humanidade, optando por enfatizar um prognóstico negativo, claro e evidentemente na tentativa de evitar esse pressuposto. Ou seja, a ética da responsabilidade é prévia ao ato.

A inteligência e sensibilidade jonasiana visa transformar o temor numa obrigação primeira, ou seja, a heurística do temor é base para uma ética da responsabilidade. O que se busca com essa obrigatoriedade inicial é a atitude ética de repensar a partir do princípio de evitar o pior. Por isso o raciocínio lógico do temor na perspectiva jonasiana é aprender imaginando. Pois diante de um poder inúmeras vezes demasiado, cabe ao homem a responsabilidade, mesmo que não saiba exatamente as consequências das ações da técnica e da ciência, imaginar, mesmo que seja um cenário hipotético, mas que tenha a preferência por um quadro adverso, é evidente que essa busca não é o que se deseja; o entendimento é justamente o contrário, procurar prever o diagnóstico negativo para, portanto, evitá-lo. Segundo Hans Jonas somos assim:

Pois assim se dão as coisas conosco: o reconhecimento do malum é infinitamente mais fácil do que o do bonum; é mais imediato, mais urgente, bem menos exposto a diferenças de opinião; acima de tudo, ele não é procurado: o mal nos impõe a sua simples presença, enquanto o bem pode ficar discretamente ali e continuar desconhecido, destituído de reflexão (esta pode exigir uma razão especial). Não duvidamos do mal quando com ele nos deparamos; mas só temos certeza do bem, no mais das vezes, quando dele nos desviamos. É de se duvidar que alguém, alguma vez, tenha feito o elogio da saúde sem pelo menos ter visto o espetáculo da doença, o elogio da decência sem ter encontrado a patifaria, e o da paz sem conhecer a miséria da guerra. O que nós não queremos, sabemos muito antes do que aquilo que queremos (2006, p. 71).

O primeiro dever da nova ética é visualizar os efeitos no longo prazo no mundo tecnicizado e cientificizado e a obrigação seguinte desse novo princípio ético é se permitir, mesmo de maneira apenas imaginária a possibilidade de construção ou destruição da biosfera. A compreensão e a ação desses deveres iniciais da ética da responsabilidade são para Hans Jonas a possibilidade de começar a nos protegermos das consequências dos avanços técnicos e científicos.

A ética da responsabilidade jonasiana requer do homem contemporâneo a desconstrução do pensamento sobre diversos aspectos de nossa realidade, como por exemplo: Para esse momento de nossa História, não podemos levar em consideração somente os nossos interesses, mas os interesses de todos os seres existentes no planeta, de toda a biosfera. É necessário reconhecer que o olhar científico sobre a natureza sempre foi um “olhar de exploração”. Portanto, sob essa ótica, o fim último da natureza era ser utilizada para o objetivo do homem. Na ética da responsabilidade, é preciso reconhecer, inclusive, a dignidade da própria natureza, pois ela nesse novo lugar tem fins e valores peculiares a si mesma. O interessante ao refletirmos sobre tais considerações é que ao inverter essa lógica e ofertar dignidade à natureza por exemplo, para que também reconheçamos e valorizemos a nós mesmos, já que não existe

terraqueio sem Terra. Muitas vezes nos esquecemos que somos um ser eminentemente pertencente aos diferentes ecossistemas terrestres, mas precisamos exatamente dessa biosfera para permanecermos existindo. Devemos, contudo, considerar que a ética da responsabilidade é muito importante e valiosa na vida pessoal e social do ser humano. Ela é a possibilidade da vida humana e extra-humana, e também do limite do poder da técnica e da dignidade da natureza.

Numa consciência nova de mundo, é preciso substituir a lógica sem limites da utopia tecnológica, pela atenção e cuidado responsável da vida humana e de todos os seres. Sabemos que a tecnologia é também uma vocação da humanidade. Do que poderia ser considerado o triunfo do homo faber sobre o homo sapiens. Portanto, convencionou-se dizer que esta vocação é sinônimo de contínuo progresso e poder de dominação, superando-se continuamente. Entretanto, para Hans Jonas é preciso tomar cuidado com essa visão utópica sobre o contínuo progresso da tecnologia. A heurística do temor visa justamente repensar sobre essa visão otimista do progresso técnico; é pensar de maneira crítica, ambivalente, uma vez que a técnica é também essa ambivalência. É possível contribuir sobre os avanços da técnica, elaborando prognósticos negativos na procura não exatamente de materializá-los, mas de limitar as ações desses avanços tecnológicos. A ética da responsabilidade almeja, acima de tudo, a preocupação com as consequências das ações humanas, devido à dimensão dos impactos causados pela técnica moderna em nosso planeta. Mais importante do que punir, ou mesmo responsabilizar, na concepção da palavra, é prevenir.

2.2 O conceito responsabilidade

O conceito de responsabilidade sofreu modificações ao longo da História. Para Aristóteles, a ação de responsabilidade do indivíduo seria aquela baseada no seu agir voluntário e na sua própria escolha. No livro, *Ética a Nicômaco*, é citado por Aristóteles a condição do homem para assumir uma possível responsabilidade, isso implica afirmar que:

Tudo o que se faz por ignorância é não-voluntário, e só o que produz dor e arrependimento é involuntário. Com efeito, o homem que fez alguma coisa devido à ignorância e não se aflige em absoluto com o seu ato não agiu voluntariamente, visto que não sabia o que fazia; mas tampouco agiu involuntariamente, já que isso não lhe causa dor alguma. E assim, das pessoas que agem por ignorância, as que se arrependem são consideradas agente involuntários, e as que não se arrependem podem ser chamadas agentes não-voluntários, visto diferirem das primeiras; em razão dessa própria diferença, devem ter uma denominação distinta (1979, p. 82).

O conceito de responsabilidade baseia-se no valor ético em virtude do qual os homens reconhecem e assumem as consequências de suas ações, portanto se responsabilizam pelos outros e por si mesmo. Alguém responsável está comprometido por determinada atividade ou labuta.

No período moderno, o filósofo Immanuel Kant defendeu que o homem é livre para escolher, então se recupera a liberdade de escolha como condição para uma responsabilidade. O homem independente da sensibilidade, sem constrangimento de qualquer determinação imposta pela natureza. Na ótica de Kant, existe uma relação entre a racionalidade e a vontade. A responsabilidade se alicerça apenas nos seres racionais, portanto, aos homens, que lhe é próprio da razão prática, pois são aptos por decidir e agir com base nas leis morais. Na análise kantiana, o livre-arbítrio é aquele que se submeteu às leis

morais, ou seja, obedecer à lei moral é dar resposta a uma exigência que a vontade impõe a si mesma. Ou seja, o ser humano é plenamente responsável tal qual também é livre. Assim expressa por Francesco Pecorari:

Ao passo que, liberdade é autonomia da vontade e a vontade é autônoma quando age sem nenhuma intenção ou finalidade egoística, mas obedece às leis que a razão pura prática estabelece para que toda a humanidade se realize. O homem é livre, portanto, na medida em que segue a razão universal e se identifica com ela, realizando, assim, a humanidade inteira. Daqui podemos entender as famosas máximas da moral kantiana e, também, justificar porque a liberdade é essencialmente uma responsabilidade (Pecorari, 2010, p. 56).

No período contemporâneo, o conceito de responsabilidade também foi modificado, basicamente, devido à circunstância em construção. Os grandes conflitos imperialistas do século XIX, as duas guerras mundiais, o desenvolvimento das armas nucleares, as experiências da medicina nos campos de concentração nazista e o Holocausto foram fatos históricos que colocaram em xeque e aprofundaram debates de toda ordem. Por isso, o questionamento sobre a responsabilidade também passou por mudanças, na tentativa de dar conta de todos esses múltiplos e complexos acontecimentos.

Hans Jonas ao refletir sobre essa situação, reconhece que os moldes tradicionais onde se embasavam as éticas não são satisfatórios. Uma vez que o contexto tecnológico mudou. Para Oliveira (2014, p. 123), “o cenário tecnológico moderno provocou, portanto, o ‘envelhecimento’ de antigos valores, dada a sua insuficiência ou mesmo sua ineficácia, colocando em xeque os valores e virtudes válidos no passado”. Segundo Jonas, virtudes como beneficência e o heroísmo individual resumem, por exemplo, duas correntes da ética ocidental. A beneficência é compreendida como a condição de homem de se compadecer pela dor do outro. De acordo com a religião judaica,

a beneficência é uma obrigação, em contrapartida para os cristãos, implica no olhar da caridade. Essas atividades voluntárias e benevolentes foram gradativamente sendo transferidas para o Estado na modernidade.

A perspectiva das ações de caridade e ajuda no período moderno foram dando espaço e sendo substituídas pelos impostos, e essas iniciativas privadas foram sendo trocadas por instituições de caráter de Estado. Na visão de Jonas, essa transferência da caridade individual para as funções do estado também promoveram o enfraquecimento dessas atividades por parte das pessoas; é evidente que no seu entendimento essas práticas filantrópicas não se acabaram, mas minoraram, como também devido ao avanço da técnica nas sociedades modernas, os valores dessas ações de beneficência caracterizaram-se em desuso. Segundo Jonas (2013, p. 47 *apud* Oliveira, 2014, p. 125), a outra virtude que define o heroísmo individual é a “bravura bélica”, o desenvolvimento da técnica, inclusive os avanços da tecnologia nas guerras também diminuíram o mito do herói: “a bravura pessoal terá pouco que fazer frente ao decisivo poder da técnica impessoal”. Com base nessas considerações, Jonas aponta esses valores como ultrapassados. Nesse seguimento, regras de ouro da Ética universal pairam sobre essa realidade desafiadora, ao mesmo tempo que apresentam sua limitação e compreensão. Eis algumas: “Ama o teu próximo como a ti mesmo”; “faze aos outros o que gostarias que eles fizessem a ti”; “Instrui teu filho no caminho da verdade”; “Almeja a excelência por meio do desenvolvimento e da realização das melhores possibilidades da tua existência como homem”; “Submete o teu bem pessoal ao bem comum”; “Nunca trate os teus semelhantes como simples meios, mas como fins em si mesmos”, entre outros axiomas.

Para o filósofo em análise, todas essas regras são importantes porque, “aquele que age e o “outro” de seu agir são partícipes de um presente comum” (Jonas, 2006, p. 36 *apud* Oliveira, 2014, p. 126). A esse olhar sobre o agir humano, voltado para si, que não alcança e muito menos oferece respostas aos desafios da atualidade, despertaram no filósofo proposições para uma nova ética e para a nova técnica. Ao aprofundarmos a discussão sob o ponto de vista de que os valores “são ideias do bem” que se busca como meta, e que os valores são expressos nos comportamentos, costumes, direito e na moral e, por sua vez, são demarcados no tempo, logo, têm implicações humanísticas. Segundo o pensamento jonasiano, o mundo atual vive uma “dissolução de costumes” e uma “ousadia emancipatória”. Recusando muitas vezes as convenções e regras sociais. Para o autor, em função do cenário demandado e naturalmente da época presente, os valores e as virtudes podem sinalizar como resposta aos questionamentos do seu tempo, uma vez que esses valores visam atender uma resposta imediata daquele momento. Estariam, portanto, atreladas a motivações de um período, podendo mudar noutro tempo e contexto. Já os valores fundamentais, para não poderem ser transformados.

Na reflexão do pensador aqui desenvolvida, a heurística do temor surge como alternativa às éticas formais. Sendo previsão, ou seja, a heurística do temor nasce em virtude da complexidade da questão. Como não é possível determinar a completude do problema, poderemos usar e mesmo relacionar a criatividade e a imaginação para compreender os desafios. Segundo Joelson Oliveira o temor no olhar jonasiano assume esse entendimento:

Como heurística, o temor se apresenta como uma espécie de estratégia do descobrimento daquilo que está ainda encoberto no presente, algo como um atalho utilizado pelo pensamento até o

futuro na forma de uma pré-visão. Nesse sentido, a heurística se apresenta como alternativa àquilo que se chama de formalismo das éticas tradicionais (2014, p. 139).

São articulados três movimentos na perspectiva da heurística do temor de acordo com Jonas: a possibilidade de imaginar, neste caso, um cenário negativo, pode ser apresentado como um filme distópico ou está relacionado a uma projeção da tecnologia atual. Outro movimento da heurística do temor é a faculdade de sentir, uma vez que a ameaça é maior que o sujeito ameaçado, portanto, ele sente o temor. Contudo, sentindo-se ameaçado, o indivíduo também percebe como é inadequado o temor diante do risco corrido. O terceiro movimento está ligado à capacidade de dirigir eticamente a ação: ao sentir o temor nascido da “heurística do temor”, isto é, da imaginação do mal, que impulsionaria o sujeito a refletir sobre o que seria possível fazer perante uma iminência de ameaças. De acordo com Joelson Oliveira,

Na medida em fazer o certo nesse caso é o mesmo que sobreviver, então fazer o certo é fazer o bem, ou seja, sobreviver. Manter a vida é garantir a sua continuidade, seja do ponto de vista de um indivíduo, seja, como é o caso diante do perigo da técnica moderna, do ponto de vista coletivo ou mesmo da espécie, passa a se constituir como o princípio ético central de Hans Jonas (2014, p. 139-140).

Ao ponderar sobre a dimensão da técnica e dos seus potenciais consequências, constroem-se estratégias na tentativa de evitar os perigos e seus desdobramentos.

Ainda, ao tratar da nova ética da responsabilidade em que possui uma lógica interna e baseia-se na futurologia, na heurística do temor e na intenção de impor limites de maneira voluntária para as ações da técnica. É importante destacar que na filosofia contemporânea ocidental, de acordo com Jonas (2006, p. 95), existe o

[...] dogma de que nenhum caminho do Ser é um enunciado metafísico, em conformidade com o seu pressuposto ontológico,

então cai sob a interdição do primeiro e mais fundamental dos dogmas, o de que não existe verdade metafísica. (2006, p. 95).

Nesse sentido, a técnica se mantém na perspectiva da neutralidade ética, não atribuindo nenhum tipo de valor para natureza e estimulando a exploração feita pelo homem, também, nesse contexto, a ética é reduzida à subjetividade humana como elemento da técnica, e que, portanto, ao explorar a natureza pode comprometer as condições de existência como um todo.

Com base nessa ética tradicional,

O homem técnico é aquele que adquire o direito de explorar a natureza de forma ilimitada porque ele é o único portador da subjetividade e ela deve fornecer todo o material para a realização de suas necessidades. Serva das próprias vontades humanas, a natureza é privada de dignidade própria. Eis o cúmulo do antropocentrismo que marcou, segundo Jonas, todas as éticas tradicionais (Oliveira, 2014, p. 141).

Partindo desse olhar, a moralidade fica limitada ao bem humano e é limitada ao campo de visão intra-humana, pois, a princípio as relações são definidas entre os próprios seres humanos. Sob o ponto de vista geográfico e político todas essas éticas ocorrem no âmbito da cidade.

Jonas propõem uma ética com duas responsabilidades: a proteção da natureza e a proteção das gerações futuras. Que poderia ser limitada a um só princípio moral, que seria respeitar e cuidar da vida em sua totalidade. Fundamentado nessa lógica, o homem deve renunciar ao simples ecologismo e se sentir obrigado a reconhecer e respeitar a dignidade da natureza, portadora de um valor intrínseco. É possível que atribuindo um novo valor à própria natureza, a humanidade renova seus próprios valores. Por isso,

É importante notar que, através dessa aliança, a ética da responsabilidade foge tanto de um mero humanismo (protetivo do

ser humano como fim em si mesmo) quanto de um ecologismo (que tende a pensar a natureza sem o ser humano). Ao religar e reposicionar o ser humano no âmbito geral da vida, Jonas recusa essas duas posições, em si mesmas reducionistas porque continuam contrapondo ser humano e natureza (Oliveira, 2014, p. 142).

Pois, a responsabilidade ética tem seu desdobramento, quando se trata da práxis humana, ou seja, olhar para a ação humana no sentido pessoal e olhar no sentido social. Assim, temos duas implicações que nos coloca diante da responsabilidade integrada às ações humanas prioritariamente, considerando o que Hans Jonas considera em relação a vida não ser dualista, porém, ontobiológica implicando as duas dimensões do agir humano.

2.3 Reflexões sobre a vida e o arquétipo da responsabilidade

Jonas considera a divisão do humanismo e do ecologismo como o mínimo incoerente, considerando que a vida possui uma finalidade em si mesmo, que é neste caso a sua própria manutenção.

Ao refletir sobre a vida, então, ele chega à conclusão que a vida não é simplesmente uma linearidade, que segue por um avançar determinado e com uma finalidade posta, que Oliveira (2014, p. 143) destaca como “A vida, para Jonas, é uma aposta que inclui riscos e perdas”. Nas suas considerações e, sobretudo, graças ao reconhecimento da fragilidade da vida, mas também devido às múltiplas oportunidades em que a ela se manifestam, porque

A vida é um aproveitamento das condições favoráveis que ocorrem como acontecimentos e ocasiões fortuitas que são “aproveitadas” porque a vida está predisposta a si mesma. Aproveitando essas ocasiões favoráveis, a vida se multiplica e se intensifica” (Oliveira, 2014, p. 143).

Então, essa disposição da vida perante os perigos e ameaças é compreendido do ponto de vista ético como um valor da própria subsistência. Reconhecer o valor da vida é também reconhecer a existência do bem. Nesse entendimento, entretanto, Oliveira (2014, p. 143) diz que “afirmar a vida e buscar a sua preservação é uma prova cabal de que, para o organismo vivo (que inclui o ser humano), a vida é um bem em si mesmo”. O que motiva a moral jonasiana é a própria vida, baseado na sua filosofia da biologia, no seu conhecimento da fragilidade da vida e principalmente que a vida é um organismo vivo, ou seja, a vida tem vida própria. Com isso, Hans Jonas trata assim a vida como um axioma ontológico que quer dizer: uma evidência cuja comprovação é dispensável, então, procura resgatar dois paradigmas para demonstrar o novo tipo de responsabilidade: a responsabilidade do pai em relação ao filho e a responsabilidade do governante em relação aos cidadãos. O filósofo Joelson Oliveira aponta esses paradigmas citados como “delito” jonasiano. Entendemos que retomar a autoridade do pai e do político no período caracterizado pela crise das autoridades parentais é mais um desafio. Talvez um dos maiores. Entretanto, o pai cuida de seu filho sem esperar nada em troca, corresponde ao primeiro paradigma, essa responsabilidade paternal que, segundo Jonas, é natural. Já a responsabilidade do político com o seu cidadão é voluntária. Nesses casos, o que se tem apresentado é uma responsabilidade amparada na ontologia da afirmação no futuro da vida.

Sem embargo, para Hans Jonas (2006. p. 175) o paradigma da autoridade parental é o “arquetipo da responsabilidade”. Sendo assim, o homem leva em si mesmo a condição dos demais seres, e isso implica que “Ele tem o caráter precário, vulnerável, revogável – o modo peculiar

de transitoriedade – de todos os seres vivos”. Portanto, “Não há “nenhuma vantagem” em ser homem a não ser o fato de que nele se efetive a responsabilidade “de garantir os fins próprios aos demais seres” (Jonas, 2006, p. 175 apud Oliveira, 2014, p. 145).

Por sua vez, Oliveira (2014, p. 145) analisa que no homem “é isso que faz dele o “arquétipo””. É por causa da necessidade e do caráter transitório que o homem se torna responsável. Para Jonas, a conotação do ser carente garante ao sujeito a possibilidade de ser cuidado. O homem é responsável por alguém ou alguma coisa em determinadas circunstâncias, mesmo que não reconheça a responsabilidade. As implicações na vida humana consistem em um dever contido no ser do homem e, por isso, que se torna compreensível a ele ainda não ser um ser moral, mas um ser, conforme Jonas (2006, p. 176) “[...] capaz de ser moral ou imoral”.

Aprofundando um pouco mais tal reflexão, Oliveira (2014, p. 146), destaca que “O primeiro imperativo, outrossim, continua sendo a própria existência e só sob o ponto de vista do poder da ação e de sua exteriorização que a responsabilidade se torna um princípio ético”. A partir desse contexto, a preocupação com a vida no futuro, é também uma preocupação com a ameaça da existência na sua totalidade. Não obstante, continua Oliveira afirmando que,

A dedução ética doa aos homens do presente um dever para com o futuro não necessariamente em relação à sua existência (algo que é derivado apenas de seus progenitores diretos), mas, sobretudo, ao modo dessa existência, o que, de fato, é decorrência da ação da humanidade como um todo no presente, enquanto ancestrais daquelas gerações do futuro (2014, p. 147).

É possível concluir, portanto, com base nas últimas considerações que a responsabilidade ou dever com as próximas

gerações é de toda humanidade, sobretudo, em virtude de suas atitudes na atualidade.

Diante da complexidade do mundo atual, principalmente da técnica e da ciência, Hans Jonas não cita apenas a importância de sua Nova Ética: como algo característico da imputabilidade ao homem, ou seja, a responsabilidade de (algo cometido no passado), mas a responsabilidade por (algo que será realizado ou poderá ser realizado). Partindo dessa sofisticação, a responsabilidade jonasiana se desenvolve nesse contexto de maneira anterior à consequência e, nesse sentido, Oliveira (2014, p. 148) fundamenta um pouco mais que, “independente da consequência, a causa já faz o agente responsável pelo ato”. A ética da responsabilidade jonasiana não seria apoiada nessas considerações; uma ética da reciprocidade, uma vez que não se trata de uma responsabilidade por uma ação já cometida, mas uma atitude para não fazer ou deixar cometer uma ação. A ética de Hans Jonas é inovadora, também por isso, vinculam a ética da responsabilidade pelo futuro e não apenas pelo passado como as éticas tradicionais. Outro ponto importante dessa nova ética, não é criar normas absolutas e deterministas, assim como também não procura estabelecer um feixe de obrigatoriedades, características das éticas antigas. Assentado nesse pensamento, Jonas pretende garantir a permanência desse homem no futuro, inclusive a ética da responsabilidade é a possibilidade para Jonas de uma vida futura com autenticidade, entendendo o ser autêntico como aquele capaz de moldar ativamente sua vida e o mundo.

2.4 Modernidade e responsabilidade ética

A Modernidade é um período da História caracterizada por transformações e mudanças na sociedade europeia e nas diversas regiões do mundo, abrangendo os outros continentes e povos. É a fase da História que sucede a Idade Média. A modernidade representa uma ruptura com a vida do homem medieval e baseada na religião. Esse termo “Modernidade” é designado não só a uma época, mas também a percepção da humanidade associada à filosofia e cultura da Europa. Para muitos pensadores, essa Era da História não determina somente um marco no espaço geográfico, mas uma concepção moral e espiritual. Daí sua importância.

A Idade Moderna nasceu no Século XVI, no continente europeu, junto com o movimento protestante e as mais amplas descobertas científicas. Sob o ponto de vista da civilização, esse período foi marcado por conquistas do homem moderno: sua autonomia, a necessidade de criar e inventar novas técnicas, ou seja, projetos de cunho racionalistas que tiveram seu ápice com a filosofia cartesiana.

Para o historiador Edward McNall Burns, de fato, o que existe é:

A revolução intelectual celebrou o triunfo não só da razão como também da ciência. Antes do século XVII, os cientistas trabalhavam isolados uns dos outros e em oposição a uma atitude que se inclinava a olhar seu trabalho como suspeito, senão como clara blasfêmia. Contudo, a partir de meados do século XVII, a ciência tornou-se uma atividade internacional, estimulada por aquela disposição, que já apontamos, de desafiar as ideias estabelecidas, e apoiada pelos governos, tão ansioso quanto os próprios cientistas, de dar uso prático às novas descobertas (1999, p. 466).

Esse momento histórico é associado, portanto, ao otimismo e a motivação no progresso técnico e científico. A Modernidade também é

um conceito iluminista. De acordo com os pensadores iluministas na Modernidade, o homem se reconheceu como ser autônomo, atuando sobre a natureza e sociedade através do uso da razão. Ou seja, a Idade Moderna é marcada pelo predomínio da racionalidade, da técnica e da ciência.

As considerações expostas visam dimensionar como surgiu e ampliou-se a Modernidade e seus desdobramentos. A Modernidade até os nossos dias é considerada também como algo que se “impõe”; o progresso tecno-científico iniciado nesse momento da História é para Hans Jonas diferente de qualquer outro momento conhecido pelo homem. A partir da Idade Moderna inicia-se uma transformação que,

Explica que desde sempre a técnica tem acompanhado a existência do homem sobre a terra, mas, enquanto nas épocas precedentes à moderna ocorreu uma inversão radical dessa relação: a natureza se tornou o campo ilimitado da atividade transformadora do homem e está completamente submetida a ela (Becchi, 2008, p. 107 *apud* Oliveira, 2015, p. 77).

A técnica moderna passou a ser o agente transformador da natureza, vista como fonte de exploração inesgotável da ação humana.

A técnica antes da modernidade, segundo Oliveira (2015, p. 77), era vista apenas como “uma espécie de complemento da natureza humana”. Até esse período, a técnica focava em atender carências e necessidades dos homens. Durante a maior parte da História, a técnica cumpriu uma função importantíssima para a humanidade que era caracterizado entre “fins reconhecidos” e “meios adequados” (Jonas, 2013, p. 16 *apud* Oliveira *et al.*, 2015, p. 78). Já a técnica a partir da Modernidade adquire status de um fim em si mesma. Isso quer dizer que a técnica moderna foi se transformando num caminho escolhido pelo homem.

Para Hans Jonas, o “ideal baconiano” tinha como principal objetivo utilizar o conhecimento disponível para o domínio da natureza. Através da utilização da técnica e da ciência caberia ao homem explorar e dominar os recursos naturais para tornar e enaltecer o ser humano. Nesse contexto, Joelson Oliveira na obra: *Vida, técnica e responsabilidade*, descreve o objetivo do projeto baconiano, que consiste no

[...] propósito baconiano de empregar o conhecimento para exercer o máximo de controle e domínio sobre a natureza pode ser considerado um marco divisório entre a *tékhné* antiga e o surgimento da ciência moderna. Com isso, a ciência deixou de ser meramente contemplativa e a técnica tornou-se um poderoso instrumento de intervenção e efetiva dominação da natureza (2015, p. 81).

Assim, de acordo com Becchi (2008, p. 108 *apud* Oliveira, 2015, p. 81), “a natureza não é mais aristotelicamente o fim da ação humana, mas parece baconianamente forçada e torturada mediante a arte e o ministério humano” (2008, p. 108 *apud* Oliveira, 2015, p. 81). A conotação do meio ou da instrumentalização da técnica pré-moderna passou na Modernidade a adquirir um valor a si própria. Ora a sustentação mítica baconiana de que saber é poder, ou seja, a ciência por meio da técnica é a solução para os problemas do ser humano, ora não pareceu ser a melhor alternativa.

Na Modernidade, a sofisticação do caráter utilitarista da ciência foi ampliada ao máximo expoente, algo gradativo, sutil, envolvido pela justificativa de que a ciência é verdadeira e, portanto, é útil. Essa visão pragmática, na perspectiva inicial é superficial porque promove uma aparência “inquestionável”, com base na justificativa utilitária, mas isso não quer dizer que não provoque impactos e efeitos colaterais. Com a expansão do conhecimento técnico e científico ao longo da

Modernidade, a concepção de que saber é poder, de acordo com Jonas foi ganhando novos contornos, como destaca Oliveira:

Deve-se ao fato de que ele se tornou ameaçador a si mesmo no momento em que destituiu a autonomia daquele que o idealizou, o próprio homem. Destituído de autonomia, o homem testemunha o surgimento de um novo cenário, não mais caracterizado pelo poder do homem sobre a natureza, mas caracterizado pelo poder da técnica, tornando o ser humano um executor passivo das possibilidades projetadas pela técnica, e a natureza passa a sofrer passivamente o poder da técnica (2015, p. 82).

Na descrição feita por Oliveira, o homem responsável pela construção da técnica e da ciência começa a se vê não mais como o sujeito constituído de poderes sobre a natureza; esse poder da técnica e da ciência gradativamente vai se tornando autônomo. E é exatamente tal preocupação de Hans Jonas: nossa autonomia. A técnica moderna precisa de um controle, e nós seres humanos não podemos perder nossa autonomia.

A responsabilidade ética para Hans Jonas significa ser previsível sobre as consequências de nossas ações. Isso em termos práticos é a ética da responsabilidade. Oliveira comenta que em Jonas,

A responsabilidade é dirigida em diferentes níveis: no cuidado com a continuidade do ser e na preservação da autenticidade da vida humana e extra-humana. Ou seja, o sim proclamado pelo homem garante que o imperativo responsabilidade exija que exista ser, mas também que exista uma autêntica vida e também uma humanidade ((2015, p. 135).

Essa responsabilidade ética se manifesta nos mais simples comportamentos do homem na vida moderna, como por exemplo, incluir os seres humanos do futuro. Para isso é necessário garantir a sobrevivência da biosfera no presente, entendendo que a natureza é o novo objeto dessa nova ética, assim como entender a dignidade da natureza e de todos os seres. De acordo com o pensador Edgar Morin, é necessário trabalhar por uma ética da compreensão no planeta.

Enquanto educadores, percebemos a importância ao analisarmos qualquer fato de ampla repercussão social; os interesses entre as partes, na perspectiva de procurar a melhor avaliação, como afirma Morin:

Devemos relacionar a ética da compreensão entre as pessoas com a ética da era planetária, que pede a mundialização da compreensão. A única verdadeira mundialização que estaria a serviço do gênero humano é a da compreensão, da solidariedade intelectual e moral da humanidade (2011, p. 89).

Pensarmos que a tecnologia nos afeta como seres humanos e que seus impactos também possuem dimensão planetária, nos força a termos uma compreensão mais ampla sobre nossas responsabilidades sociais. Estar no mundo hoje, implica a compreensão de um papel não de um ser que pode responder por suas ações apenas, mas de um ser que ao refletir sobre o planeta e sobre a dimensão da responsabilidade sua e dos demais, admite um caráter de previsibilidade diante do mundo e diante da vida.

Quando pensamos sobre a tecnociência contemporânea chegamos a algumas indagações, tais como: Será que a tecnociência é um meio para se alcançar determinados objetivos que beneficiem a humanidade? Ou as tecnologias representam um fim em si mesmas? Ou seja, ela se transformou em algo autônomo? Se na maior parte da História a técnica era apenas meios de instrumentalização, controle e exploração, agora ela passa por elementos controladores desse poder tecno-científico: empresas, indústrias e conglomerados privados transnacionais. Nessa perspectiva, a tecnologia adquire características próprias e se afasta do seu próprio criador, tornando alheio ou distante de sua composição original. A técnica, nesse contexto, torna-se um elemento alienante que, de acordo com Marilena Chauí,

A alienação é o fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura como se ela existisse por si mesma e em si mesma, não se reconhecem na obra que criaram e deixam-se governar por ela, fazendo-a um ser-outro, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles (2014, p. 167).

É com base nesse conceito de alienação que a tecnologia se acomoda, que passa e se entranha em nossos corações e mentes, sem uma discussão refletida sobre como usá-la e não o contrário. Lembrando que ao consumirmos essa tecnologia, que na maioria das vezes é vendida como inovadora, sofisticada e aprimorada, sempre como algo melhor, o novo se impondo, não pela violência convencional, mas porque aceitamos essa tecnologia e consumimos; pagamos caro, inclusive, por todos os recursos da tecnociência. Na maioria das vezes sem nenhum questionamento sobre impactos ambientais e sociais.

As tecnociências tornam-se fins em si mesmas justamente quando o processo “político decisório” de implantação e escolha se constitui impermeável ao controle social. As tecnologias atuais e sua contribuição para a humanidade são determinantes na construção e consolidação das realidades sociotécnicas presentes no nosso cotidiano, e hoje, também são responsáveis por muito mais do que a instrumentalização das nossas sociedades, tornando mais importante nossa compreensão, conhecimento, criticidade, sabedoria e apropriação dessa tecnologia. Por isso é necessário estarmos informados do funcionamento desse mecanismo tecno-científico na busca de uma melhor justiça e equilíbrio.

Podemos considerar que a responsabilidade ética também está relacionada ao cumprimento de acordos que são implícitos ou explícitos sobre como deve ser a maneira adequada e ou respeitosa em diversas áreas da vida. Isto quer dizer que, para ser responsável, o homem

precisa ser consciente de suas ações. A responsabilidade ética tem como base valores morais, com isso percebemos que as pessoas devem ter um sistema ético pessoal. Ou seja, um conjunto de diretrizes morais que lhes ajudem a avaliar o que é bom e o que é ruim. Diante disso, é possível estabelecer certos comportamentos e considerá-los eticamente responsáveis. Nesse sentido, Sganzerla (2015, 125) destaca um pensamento de Hans Jonas: “O homem é o único ser vivente que pode assumir responsabilidade diante do que faz, e com esse “pode” já é de fato responsável”. Jonas afirma que sua condição humana já o torna responsável; em outras palavras, independente do homem assumir sua condição, mas podendo assumir, já se torna responsável.

A responsabilidade ética social está relacionada com a responsabilidade ética pessoal. Os valores individuais formados a partir da família, da religião, amigos, educação, filosofia, raciocínio são a base para a responsabilidade ética social. Nessa lógica, todo ser humano que considera e respeita a si mesmo também respeita os outros. Esse ser humano é capaz de possuir empatia pelos problemas dos outros uma vez que também respeita os seus. Logo, a responsabilidade ética social não discrimina ninguém por questões de cor, religião, economia, sexualidade já que a justiça social e os direitos humanos são cumpridos.

O homem consciente de seu papel social entende que suas ações visam à construção de um sujeito preparado para fazer valer o seu espaço e o espaço dos outros no mundo, percebendo as relações de poderes existentes na sociedade, os conflitos, os interesses, as necessidades dos diversos segmentos que compõem a sociedade nos seus aspectos mais amplos. Percebendo os desafios e o conjunto de

intenções que por muitas vezes carecem de um olhar mais apurado e refletido que provavelmente encontraremos na figura do homem consciente que pensa e repensa sua prática, não obstante, Terezinha Rios (2011, p. 56) destaca um pensamento de Antônio Gramsci, implicando em afirmar que ‘A bondade desarmada, incauta, inexperiente e sem sagacidade nem sequer é bondade, é ingenuidade estulta e apenas provoca desastres’. Cabe de fato ao homem contemporâneo e consciente de sua prática esse olhar, não na perspectiva “da Bondade”, mas como diria Gramsci, o saber do seu papel político, da importância do seu trabalho. Não estamos falando de um engajamento político voltado para alguma corrente ideológica, mas de uma visão e de uma dimensão humanista, libertadora e democrática.

2.5 Influências da técnica, do ethos e da ética para construção de uma ética da responsabilidade

A técnica pré-moderna foi marcada pelo uso de ferramentas a serviço do engenho humano. Já a técnica moderna é caracterizada pelo progresso continuado, não se busca com essa nova técnica um equilíbrio, muitas vezes é justamente o contrário, sempre na procura de novos inventos. Esse aspecto da técnica moderna é muito importante para determinar uma de suas influências sobre o comportamento humano. O desejo sempre pelo novo, pelo produto mais recente. No contexto atual é preciso inserir como elemento importantíssimo para compreensão da técnica moderna a ordem econômica capitalista de onde,

Não podemos ignorar que vivemos uma fase de concentração de poder, que favorece as grandes empresas. A tecnologia moderna

estimula esse processo, mas não é de desconhecer que foram forças políticas que moldaram a fisionomia do mundo atual. A globalização tem consequências negativas marcantes, das quais destaco a crescente vulnerabilidade externa e agravação da exclusão social (Furtado, 1998, p. 74).

É preciso associar a lógica do mercado capitalista com a técnica moderna, ou seja, essa conjuntura favorece a expansão da técnica e encontra justamente na economia globalizada sua disposição ideal. Diante desse cenário de estruturas que se complementam e principalmente se legitimam e se expandem, cabe ao homem, que reflete sobre essas relações de poderes, a análise e o desprendimento necessários para atuar sobre esse contexto na busca de um caminho mais autêntico e, sobretudo, que promova alternativas sustentáveis e inovadoras. É preciso olharmos a realidade de múltiplas formas como Charles Bezerra afirma no seu livro, *A máquina de inovação*:

Esse é um bom exemplo de quebra de convenções para entender o contexto de uma maneira diferente. Feynman costumava dizer que deveríamos sempre ver o mundo de outra perspectiva, ele sugeria que pensássemos em situações hipotéticas. Que nos colocássemos no lugar de marcianos, por exemplo, como pessoas de outro planeta, e pensássemos o que eles achariam de uma determinada situação ou problema. Em outras palavras: inovações radicais vêm quando nossa perspectiva é radicalmente diferente (2011, p. 57-58).

Portanto para atuar sobre a importância da técnica moderna é necessário compreender suas intenções, perceber a estrutura onde ela se mantém e principalmente é preciso ampliar o nosso olhar objetivando compreendê-la para melhor limitar suas ações e conviver com esse enorme poder. O ethos é outra dimensão da ação humana. O ethos é a conjunção de crenças, comportamentos e costumes que caracterizam uma unidade comum e dispostos numa determinada região. Nessa reflexão sobre o ethos, é preciso considerá-lo também como manifestação da cultura e naturalmente uma forma de exposição

dos saberes. Assim apresentado por Henrique C. de Lima Vaz, no livro *Escritos de Filosofia II – Ética e Cultura*:

A relação entre o ethos e essa outra forma fundamental de expressão da cultura que é o saber apresenta-se, por sua vez, particularmente importante pois será assumindo a forma do saber demonstrativo que, na tradição ocidental, o ethos irá constituir-se como linguagem universal codificada e socialmente reconhecida como tal, ou seja, como Ética (1993, p. 42).

Assim como o ethos, o saber é outra maneira de expressão da cultura. Nesse contexto globalizado do mundo contemporâneo, os temas ligados à tecnologia, ao clima, aos direitos humanos, à economia, à fome também são conflitos éticos que contribuem para uma preocupação do homem como ser global, entendendo que esses problemas são presentes em todos os lugares do planeta, em maior ou menor proporção, sejam provocados pela técnica, economia, clima, guerras, entre outros desafios.

Sob o título de uma ética global podem, à primeira vista, ser subsumidos diferentes horizontes reflexivos do debate ético: questões a respeito das condições e possibilidades de um ethos mundial, questões sobre a abrangência, a legitimação e a efetivação de direitos humanos, questões que tratam da avaliação de problemas globais, como os do desenvolvimento político/econômico, cultural, tecnológico e ecológico ou, ainda, questões a respeito da relação entre morais locais, de um lado, e éticas que argumentam numa perspectiva universal de outro, ou seja, assuntos relativos à diferença entre localismo, universalidade e universabilidade (Zirfas, 2010, p. 11).

Compreendemos, portanto, que a localidade pode ser definida como uma moralidade individual; já a globalidade de uma moral é definida por uma dimensão universalizante que busca no seu conteúdo uma moral que coexista e estabeleça uma cooperação de moralidade regional ou mais próxima do sujeito.

A ética na concepção da Antiguidade Clássica estava voltada à organização social, à política e dispõe de aspectos valorativos em

relação à virtude e sabedoria, à busca pelo uso da razão e do equilíbrio. Destacamos assim, a importância da ética como ciência do ethos:

Um dos traços importantes no ethos da sabedoria da vida é o fato de que essa sabedoria se apresente como expressão da própria natureza e faça apelo, portanto, a uma vontade que se mantém no terreno daquelas que se consideram exigências essenciais da vida, acima das flutuações do arbítrio individual. Assim, através da sabedoria da vida, manifesta-se essa analogia entre a regularidade da natureza e a constância e regularidade do ethos, na qual a Ética como ciência do ethos irá encontrar seu ponto de partida e seu motivo fundamental (Vaz, 1993, p. 43).

Muito embora essa ética clássica tenha um caráter antropocêntrico, não podemos esquecer seu aspecto mais importante, a racionalidade. A ética da responsabilidade apresenta várias características que demonstram sua exclusividade, a título de exemplo, a dignidade da natureza, a preocupação com o futuro (garantir a existência da vida no futuro), a crítica ao progresso técnico, a preocupação com o clima. Mas entre outras dimensões que aproximam a ética tradicional da ética da responsabilidade está seu aspecto racional. A racionalidade é comum nas duas éticas: tanto na intra-humana como extra-humana.

Nós precisamos considerar que a Ética da Responsabilidade surgiu como resposta aos perigos trazidos com o desenvolvimento e ampliação da técnica moderna. Então ela surge como possibilidade de limitação do avanço tecnológico. A percepção de Hans Jonas sobre os riscos da técnica moderna, o que ele denomina de poder(técnica). Esse poder precisa de controle, e a ética da responsabilidade é a possibilidade desse limite. De maneira objetiva, o conceito da ética da responsabilidade tem como base a virtude humana em que nós reconhecemos e assumimos as consequências de nossas ações. O ethos, assim como o saber é uma dimensão da cultura, e nessa conjuntura atual, os reflexos da técnica em escala planetária instigam e

DA TÉCNICA À ÉTICA:

olhar crítico de Hans Jonas para a construção de uma ética da responsabilidade

provocam os seres humanos a buscarem alternativas frente aos riscos produzidos pela tecnologia.

CAPÍTULO 3

HANS JONAS E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE COMO NOVO PARADIGMA PARA A CONTEMPORANEIDADE ÉTICA

Diante de tantas mudanças ocorridas durante a contemporaneidade, a técnica foi se adequando às novas necessidades humanas e criando outras demandas. Para fazer valer nossa presença no mundo, nós usamos os conhecimentos científicos e tecnológicos. Ao utilizarmos os conhecimentos nas mais diversas áreas como na mecânica, mais tarde na indústria química, na biologia, entre outras ciências, o homem imprimiu um ritmo novo para a natureza e para si mesmo. Ritmo que definitivamente desencadeou múltiplas possibilidades e perigos. Por isso é preciso estabelecer como parâmetro dessa nova técnica de acordo com Galimberti, na sua obra *Psiche e Techne*, que temos de considerar e ponderar que

Pelo fato de habitar um mundo em que todas as suas partes estão tecnicamente organizadas, a técnica não é objeto de uma escolha nossa, pois é o nosso ambiente, onde fins e meios, escopos e idealizações, condutas, ações e paixões, inclusive sonhos e desejos, estão tecnicamente articulados e precisam da técnica para se expressar (2006, p. 8).

Sobre a compreensão de que o mundo está organizado e foi necessário o seu entendimento tal como é, em virtude, inclusive, da expressão da técnica, faz-se necessária, portanto, a adoção de princípios e responsabilidades. Para Galimberti, faz-se necessário definir o termo da técnica e sua abrangência na perspectiva de que

Com o termo “técnica” entendemos tanto o universo dos meios (as tecnologias), que em seu conjunto compõem o aparato técnico, quanto a racionalidade que preside o seu emprego, em termos de funcionalidade e eficiência. Com essas características, a técnica nasceu, não como expressão do “espírito” humano, mas como “remédio” à sua insuficiência biológica (2006, p. 9).

A técnica é a essência do homem, substituição da carência instintiva, a sobrevivência humana está diretamente relacionada ao desenvolvimento da técnica. A capacidade de se adaptar aos ambientes e possibilidades de construção e intervenção nos espaços através da cultura, através de ações técnicas que proporcionaram ao homem a elaboração de ambientes e sua ocupação; sem ela o homem possivelmente não teria sobrevivido. A ação filosófica foi se modificando ao longo da História; é salutar compreender as ações filosóficas e sua importância nos diversos períodos e contextos históricos. Os fatos históricos são dinâmicos, nossa relação com o ambiente e deste espaço para conosco requer uma compreensão aprofundada de limites e possibilidades. A ação filosófica também se modificou durante esse processo, especialmente por conta dessa relação multidimensional, ou seja, com possibilidades de abranger diversos aspectos, o homem interage com o espaço, com o ambiente ao qual se relaciona. Desse modo, a atitude filosófica foi também se adequando às mudanças impostas pelo homem. Todavia, as consequências dessas transformações impactaram a própria ação humana. Nesse sentido, encontramos em Valverde uma explicação lógica sobre tal realidade, mostrando que há uma discussão mediada por uma hipótese que merece bastante atenção:

Se desde a Filosofia Antiga até Descartes, o fazer filosófico pautou-se pelo Ser, de Descartes a Kant pela Verdade, e de Hegel em diante passou a guiar-se pelo Sentido, muito da reflexão filosófica relevante surgida após Hegel, fora registrada sob os indícios do Sentido, como a fenomenologia, a psicanálise, a semiótica, a hermenêutica. Contudo, sem abandonar *in totum* o Ser e a

Verdade, a hegemonia da intenção de construção filosófica moveu-se em torno do sentido e do significado (2018, p. 141).

Assim, um aspecto importante que marca a civilização contemporânea é a tecnologia, a biotecnologia, a nanotecnologia, por isso se trata de uma Civilização Tecnológica; esse seria um aspecto determinante da civilização atual. Valverde (2018, p. 141) explica que é necessário entendermos como essas novas tecnologias devem ser vistas e entendidas como um conceito ético de responsabilidade, voltado para a civilização tecnológica. Além do desenvolvimento tecnológico, marca da contemporaneidade, e voltando para o Sentido, ou à procura deste na filosofia atual, o fato é que o próprio Hans Jonas afirma esse esvaziamento de Sentidos se encontrando com o enorme crescimento da tecnologia, quando diz:

Agora trememos na nudez de um niilismo no qual o maior dos poderes se une ao maior dos vazios; a maior das capacidades, ao menor dos saberes sobre para que utilizar tal capacidade. Trata-se de saber se, sem restabelecer a categoria do sagrado, destruída de cabo a rabo pelo *Aufklärung* (Iluminismo) científico, é possível ter uma ética que possa controlar os poderes extremos que hoje possuímos e que nos vemos obrigados a seguir conquistando e exercendo (Jonas, 2006, p. 65).

Diante do exposto, o pensamento jonasiano encontra seu caminho, talvez justamente pela reflexão e capacidade de análise conjuntural, na busca de apontar saídas é necessário inicialmente conhecer bem os desafios, problemas e complexidades que estão diante de nós. Hans Jonas analisa o enorme desenvolvimento da técnica, sua autoafirmação, as “soluções dos nossos problemas” vista pelo desenvolvimento de tecnologias, na maioria das vezes entendemos que a solução para os problemas humanos passa exatamente pela tecnologia, não discutindo as consequências desses avanços, a tecnologia se impondo como solução para os problemas criados por ela mesma e por outro lado a busca por Sentidos. A História

Contemporânea está marcada pelos extremos, o século XX experimentou a sua maior amplitude e capacidade técnica, o desenvolvimento da medicina, a longevidade dos seres humanos, os avanços aeroespaciais, comunicações, entre outros. Mas também promoveu a morte de milhões de seres humanos e disseminou conflitos e guerras de tamanha proporção jamais vistas na História humana. No livro *a Era dos Extremos: o Breve Século XX: 1914-1991*, do historiador Eric Hobsbawm, podemos destacar uma reflexão bastante pertinente para essa discussão:

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e -se os leitores partilhem da tese deste livro-porquê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança na sociedade, é a escuridão (1995, p. 562).

Valverde, portanto, compreendendo esse paradigma, ou seja, esses enormes problemas e dilemas complexos que se estabeleceram ao longo do período contemporâneo, apresenta um caminho, talvez não acabado, possivelmente inconcluso, mas uma linha de pensamento e uma filosofia que ao descrever com muita propriedade os desafios possam sinalizar com ações efetivas na perspectiva de minorar os enormes e difíceis problemas que envolvem todos nós, Valverde destaca uma posição de Hans Jonas bastante significativa para tal discussão como, por exemplo:

Hans Jonas, tem posição crítica clara acerca da tecnologia e da pesquisa científica sem freios éticos, a ponto de propor à criação de uma instituição supranacional, quiçá como a ONU, com a finalidade de avaliar e, no limite, decidir o que a ciência pode e deve pesquisar e o que a tecnologia pode produzir, desde o princípio ético da responsabilidade em vista das gerações futuras, da preservação da vida autêntica e da conservação da natureza como a evolução a depurou até o ponto em que se encontra (2018, p. 143).

Nas análises citadas ficam claros os diversos desafios vividos pela humanidade atualmente, como abordamos a importância da técnica para a presença humana sobre os mais variados ambientes. A técnica é a maneira como nós nos expressamos, ao mesmo tempo em que nossos dias também se transformaram em algo que necessita de um controle, daí a importância da ética. Ora, não podemos pensar ou termos uma visão distópica da técnica que foi e é importante para o homem. É o que também nos constituiu como seres humanos, devido à nossa insuficiência biológica, à nossa fraqueza. Para Umberto Galimberti,

A incompletude dos seus atributos anatômicos-funcionais e a não-especialização instintiva expõem o homem a uma “profusão de estímulos da qual estão livres os animais (*untierische Reizuberflutun*)”, os quais só são sensíveis aos estímulos correlativos aos seus instintos especializados. Essa é a razão pela qual o animal tem um ambiente (*Um-welt*), enquanto o homem está aberto ao mundo (*Welt-geoffnet*), que é para ele como que um imenso “campo de surpresas”. A abertura para o mundo (*Welt-offenheit*) é o traço específico do homem que marca a diferença em relação à rigidez animal, no qual a especialização do instinto impede a experiência do mundo. O homem, pois, é “aberto ao mundo”, não porque dotado de espírito, mas porque carente de instintos específicos (2006, p. 163).

A filosofia jonasiana foi influenciada pelas experiências do próprio autor ao longo de sua vida. Com isso queremos dizer que ele também foi testemunha dos mais variados fatos históricos do século XX, mas o que nos impressiona nas suas reflexões é que ele foi capaz de viver essas experiências, estudá-las e apresentar caminhos razoáveis para problemas paradigmáticos de nosso tempo, tomemos como exemplo: o enorme poder da tecnologia e a dificuldade em prever tamanho poder e suas implicações e a dificuldade ainda nos dias atuais que nós homens temos de reconhecer a dignidade da natureza. Dispondo mesmo no presente do meio natural como se não pertencesse às responsabilidades humanas. No entendimento de Jonas (2006, p. 182),

“O homem público não é o genitor da coletividade, cuja responsabilidade ele pretende assumir; ao contrário, é o fato de que ela já existe que lhe permite assumir tal responsabilidade e buscar o poder necessário para fazê-lo”. Portanto, a existência do grupo, já possibilita assumir responsabilidade. No caso da vida no seu aspecto mais amplo, e segundo o autor na sua condição frágil e de maneira precária e ontológica (sobre a sua própria existência) é que se fundamenta a responsabilidade.

Segundo Hans Jonas, o homem revela com base na própria ação humana. O agir humano é visto como um dever ético, como uma responsabilidade de preservação e proteção. De acordo com o pensamento jonasiano:

Assim deve-se concluir pela superioridade do Ser em relação ao não-ser, pois, Jonas identifica no Ser o fim do agir ético, destacando que “não é a lei moral que motiva a ação moral, mas o apelo do bem em si no mundo, que confronta minha vontade e exige obediência – de acordo com a lei moral (Valverde, 2018, p. 146).

A ética da responsabilidade é a resposta jonasiana para a evolução tecnológica e para isso descreve alguns dilemas do nosso tempo como a busca de sentidos ou o que é descrito no livro *Princípio responsabilidade* como o Vácuo ético. O caráter sagrado foi desconstruído pelo pensamento iluminista e a tecnologia avançou de maneira que se tornou uma ameaça ao homem e ao meio ambiente. Essa nova ética pretende abranger as preocupações com a vida na terra em sua totalidade, não somente a vida humana, pretende lutar pelas diversas formas de vida no presente e também no futuro. Mesmo não definindo exatamente na sua literatura a sua compreensão sobre a natureza. O que é possível descrever com base nos nossos estudos sobre a natureza é que ela é um organismo vivo, diverso, dinâmico e envolvido com todas as suas partes imbricadas além de se encontrar

em pleno movimento. É possível identificar na ética do futuro uma preocupação com a natureza, mas sobre uma ótica diversa, assim vista por Jonas:

Isso significaria procurar não só o bem humano, mas também o bem das coisas extra-humanas, isto é, ampliar o reconhecimento de “fins em si” para além da esfera do humano e incluir o cuidado com estes no conceito de bem humano. Nenhuma ética anterior (além da religião) nos preparou para um tal papel de fiel depositário – e a visão científica de natureza, menos ainda (2006, p. 41).

A Nova Ética se baseia na reflexão sobre a importância da ética para uma civilização tecnológica e utiliza como elemento fundante à ontologia relativo ao sentido abrangente do ser, como aquilo que torna possível as múltiplas existências e a metafísica, compreendida como responsabilidade que defende o “valor da humanidade” frente aos crescimentos tecnológicos que, por sua vez, são realizados a qualquer preço e, assim, buscando limitar a violação ao meio ambiente, porém, em contrapartida como uma referência teórica para garantir a proteção à vida no futuro.

3.1 Hans Jonas e a responsabilidade como princípio

Jonas aborda nas suas reflexões sua preocupação com o futuro da humanidade e com o futuro da natureza. Segundo o filósofo, é preciso uma solidariedade de interesses com o mundo orgânico, para ele como vivemos numa civilização técnica, o primeiro dever nosso enquanto coletividade é com o futuro da própria humanidade. Devido também ao imenso poder dessa civilização, com a enorme capacidade de destruição, é necessário incluir o futuro da natureza como parte dessa preocupação. É preciso levar em consideração também a

responsabilidade metafísica, ou seja, como o homem transformou-se numa ameaça para si mesmo e para a biosfera, nesse caso, não é possível separá-los, uma vez que a conexão é direta. Por isso, Jonas (2006, p. 97) procura justificar o seu entendimento sobre metafísica ao dizer que: “A metafísica, ao contrário, desde sempre foi uma questão da razão, e esta pode ser acionada sob a instigação do desafio”. Não existe uma maneira de separar essas duas dimensões. Homem e Natureza compõem neste caso uma relação de simbiose, ou seja, existe uma convivência entre ambas que de alguma forma se beneficiam da presença da outra.

A superioridade do pensamento e o poder advindo da civilização tecnológica contribuíram para colocar em ameaça a sobrevivência das diversas formas de vida, incluindo a do próprio homem. Ao refletir sobre isso, Hans Jonas acaba se distanciando do pensamento aristotélico que tinha por crença na razão humana o destaque desta em relação à natureza e que essa razão não provocaria a ameaça na própria natureza. A responsabilidade nesse contexto é o resultado do poder da ação humana aliada à razão. No âmbito das relações intersubjetivas. Não era possível imaginar que durante o processo histórico o homem tivesse que assumir a responsabilidade pela biosfera, e principalmente, fosse responsável pela sobrevivência da humanidade por causa do grande poder de destruição que viemos a alcançar ao longo da História. Necessitando desta maneira de uma solidariedade para com o planeta. Por conta deste contexto, o Novo Dever surge da ameaça e do perigo, reivindicando uma ética da preservação e não por uma ética que se baseia no progresso. De acordo com Jonas essa conjuntura foi criada por nós mesmos:

Muito do que os marxistas dizem a respeito da dinâmica social e econômica, e do que nós apontamos na dinâmica tecnológica, dá

essa impressão, e não é possível negar que paulatinamente nos tornamos prisioneiros de processos que nós mesmos deslançamos (2006, p. 350).

A responsabilidade é de maneira geral muito usada como a implicação de alguém que resolve assumir as consequências, também pode ser à revelia. No direito civil significou a obrigação de promover a reparação de danos por sua própria culpa e já no direito penal representou a obrigação de assumir e suportar o castigo. Muito embora, além de ambas concepções amparadas no direito, existe um sentido moral na dimensão da responsabilidade em Hans Jonas ao considerar as consequências de longo alcance das decisões dos cidadãos e do poder do Estado na era tecnológica, são impactantes. É nessa discussão analítico-crítica que,

O princípio não é aquele da responsabilidade objetiva, e sim o da constituição subjetiva de minha autodeterminação. O novo imperativo clama por outra coerência: não a do ato consigo mesmo, mas a dos seus efeitos finais para a continuidade da atividade humana no futuro (2006, p. 48-49).

É possível dizer que o *Princípio Responsabilidade* em Jonas promoveu uma revolução nesse conceito, uma vez que procurou dá ênfase às consequências de nossas ações e direcionou o olhar na lógica inversa das intencionalidades mais profundas, orientando a imputabilidade, ou seja, a possibilidade de se atribuir a autoria ou responsabilidade a alguém. Nesse sentido e com base nesse entendimento pode haver culpabilidade sem execução, sem efetivar o ato em si; logo, na responsabilidade é possível haver culpabilidade sem intenção como fundamenta Hans Jonas ao compreender que:

O poder causal é condição da responsabilidade. O agente deve responder por seus atos: ele é responsável por suas consequências e responderá por elas, se for o caso. Em primeira instância, isso deve ser compreendido do ponto de vista legal, não moral. Os danos causados devem ser reparados, ainda que a causa não tenha sido um ato mau e suas consequências não tenham sido nem previstas, nem desejadas. Basta que eu tenha sido a causa ativa.

Mas isso somente se houver umnexo causal estreito com a ação, de maneira que a imputação seja evidente e suas consequências não se percam no imprevisível (2006, p. 165).

Consideramos até o momento o *Princípio Responsabilidade* com base nas consequências imputadas aos nossos atos, como também, a relação direta e objetiva entre a imputação causal de nossos atos. Porém, segundo o filósofo alemão é preciso considerar também a possibilidade livre e espontânea de procurar o bem estar do outro, pura e simplesmente da preocupação com o outro. Encontramos tal compreensão no *Princípio Responsabilidade* considerando a coerência ética que devemos ter, pois

[...], há outra noção de responsabilidade que não concerne ao cálculo do que foi feito *ex post facto*, mas à determinação do que se tem a fazer; uma noção por minha conduta e suas consequências, mas pelo objeto que reivindica meu agir (Jonas, 2006, p. 167).

É preciso considerar também que a responsabilidade não é exatamente uma relação recíproca. Hans Jonas cita exemplos como a relação de horizontalidade presente na história de Caim e Abel; segundo o autor Deus não o acusa de irresponsabilidade, mas de fratricídio. Inicialmente tratava-se de uma relação de dois personagens iguais e independentes. Mas ao se colocar numa situação de perigo é possível considerar o estabelecimento de uma relação de reciprocidade sob o prisma da responsabilidade. A responsabilidade parental é classificada para Jonas como a responsabilidade que não depende de aprovação anterior, inclusive não pode ser revogada. Ou seja, a responsabilidade do pai para com seu filho é uma obrigação determinada pela sua própria condição de pai, que não cabe escolha por parte do pai em cuidar, manter e educar seu filho, também não é possível escolher seu filho, claro que é preciso considerar as diferentes culturas e contextos históricos envolvendo esta dimensão da

responsabilidade. Já a responsabilidade considerada “artificial” é estabelecida por convenções sociais, cujos membros assumem as funções e podem abdicar evidentemente dessa atribuição. Conforme o próprio Jonas (2006, p. 170): “Mais importante, contudo, é a distinção de que a responsabilidade extrai sua força imperativa do acordo do qual ela é criatura, e não do valor intrínseco do objeto”. Entendemos, pois, que o valor atribuído à responsabilidade vem da convenção onde é estabelecida a sua função como elaborada pelos homens e não acima com uma carga de valor em si mesma.

O homem público, na perspectiva de Jonas, ou o homem político se diferencia da responsabilidade natural e da responsabilidade contratual de forma única porque, na verdade, a implicação nesse contexto é que

existe o caso excepcional, no qual um bem de primeira grandeza e de dignidade incondicional, que não se encontra como tal na esfera atual do nosso poder (pelo qual, portanto, não podemos ainda ser responsáveis), torna-se objeto de responsabilidade livremente escolhida – de modo que primeiro vem a escolha e então, por causa dela, busca-se o poder necessário à sua apropriação e ao seu exercício (2006, p. 171).

O objetivo principal desse homem público autêntico na análise jonasiana é procurar fazer o melhor por seus representados, ou seja, que esse poder nesta circunstância não seja direcionado para atender aos interesses pessoais do referido homem a que se destina o poder, mas que esse poder seja direcionado para atender às necessidades dos seus representados.

A responsabilidade parental é aquela relacionada aos indivíduos menos livres na ótica das condições naturais, por exemplo: pai e filho. Ou seja, nessa relação não há escolha. Já a responsabilidade política surge da escolha, de representantes e representados, no caso da responsabilidade parental é comum a todos os membros da

coletividade, diferente da responsabilidade política que nasce da vontade individual. Sendo assim,

A origem da primeira é a causalidade direta – desejada ou não – do ato de procriação passado, juntamente com a total dependência da criação; a origem da outra é assunção espontânea do interesse coletivo como condição para executar atos interessados (*negotiorum gestio*) (Jonas, 2006, p. 174).

Diante do quadro apresentado, a reponsabilidade na visão jonasiana está associada à complexidade e imprevisibilidade do impacto das ações do homem contemporâneo. O que mais preocupa Hans Jonas nas ações do homem na era tecnológica são as consequências e os impactos de nossas atitudes. As mais variadas compreensões sobre a responsabilidade contribuem para ampliar nossa visão sobre sua importância e enfatizar definitivamente a procura da prevenção.

3.2 Uma ética da responsabilidade, a educação do futuro e a consciência cidadã

A nova ética proposta por Jonas é pautada na preservação da natureza e na possibilidade de mudança do olhar humano sobre a biosfera. Nessa lógica, o Princípio Responsabilidade reivindica a possibilidade dos efeitos últimos na procura da vida além do tempo presente. Nas considerações de Anor Sganzerla (2015, p. 125), estudioso da obra jonasiana, o conceito responsabilidade não representou destaque importante na história da ética porque “nunca constituiu um elemento efetivo da constituição da vontade, pois seu espaço era ocupado por sentimentos como o amor, o respeito e a solidariedade, entre outros”.

Assim, a ética até então preocupada com as questões humanas e baseadas no conceito do bem e do mal e nas consequências de suas atitudes, ou seja, uma ação é considerada boa ou considerada má pelo seu produto, e era possível levar em consideração a relação direta da intencionalidade de quem pratica a ação, incluindo também seus resultados. Ao contrário do Prometeu, o homem está livre e também a técnica, dimensão inclusive que o fez chegar até o momento atual. Mas no momento presente essa dimensão técnica forjou nesse homem a capacidade de promover modificações no tempo presente e também no tempo futuro, como também a possibilidade de destruir esse tempo atual. É preciso considerar que nesse progresso da ciência e da tecnologia investida na lógica prometeica, o homem transformou-se em objeto e a natureza em recursos energéticos. Diante desse cenário de desafios e possibilidades, Hans Jonas ao analisar o poder da técnica, na Modernidade, disponibiliza como recurso a responsabilidade, ou seja, aquilo que se busca alcançar como princípio ético. Hans Jonas (2006, p. 165) denomina de “imputação causal dos atos cometidos”, ou seja, seguindo seu raciocínio, independente da consequência, o que nos torna responsáveis é a própria causa, uma vez que esta por si mesma já representa um risco, o que remete ao homem a imputação causal, no sentido de evitar que a ação em si seja materializada. Na avaliação de Sganzerla, a vida tem vida própria:

Se a natureza tem como sua razão de ser o existir, o homem tem como causa do seu agir o bem. Por isso, para o autor, o homem que é bom não é aquele homem que se tornou bom, mas aquele que fez o bem em virtude do bem, pois o bem é a causa do mundo, e com isso a moralidade jamais pode ser considerada um fim. A vida deve ser compreendida como uma realidade que traz um fim dentro de si, e sua continuidade, preservação e existência fazem dessa finalidade um valor inerente à própria vida (2015, p.130).

A discussão atual não se trata de afirmar o que o homem pode fazer ou ser, mas na realidade é discutir o que ele já está fazendo na

prática. Por isso o seu dever decorre do seu agir. Ao passo em que o homem amplia seu poder sobre a natureza e sobre si mesmo, é preciso ampliar a responsabilidade, já que a vida do ser diz sim à própria vida e à possibilidade de continuar; sendo assim, a responsabilidade no olhar do autor é ontológica. Não obstante, na compreensão jonasiana, vale salientar que Sganzerla cita o próprio Jonas (2006, p. 102 *apud* Sganzerla, 2015, p. 131) comenta que: “não é mais por que existe algo, mas sim por que algo deve existir”. Partindo da compreensão de que o Ser deva existir e, que seja dotado de valores, então, Sganzerla, por sua vez, procura nos fundamentos da ontologia da natureza, fundamentos para sua ética. Das formas de vida menos complexas para as formas de vida mais complexas, Sganzerla constata que

[...], Jonas não retira simplesmente da natureza a moralidade, nem sequer usa a natureza como regra para a moralidade, mas restitui e reafirma a pertença do homem (ser moral) ao reino da natureza (numa espécie de ontobiologia) (2015, p. 132).

É preciso considerar que a obrigação de ser responsável não é uma opção, ela se impõe por si mesma levando

Ao homem a responsabilidade se impõe com uma radicalidade e força ontológica, como um imperativo ontológico, já que de sua observância, segundo Jonas, depende a sobrevivência real de seu ser, seu sentido e abertura para o futuro. Com isso, a responsabilidade se converteu ao homem num imperativo para ser, para continuar sendo (2015, p.132).

Portanto, entendemos que a análise produzida por Hans Jonas, nos conduz a uma visão de que é preciso superar todas as formas de dualismo, uma vez que o mesmo identifica a liberdade nas formas menos complexas de vida. Ao julgarmos que, atributo ético, dimensão ontológica vieram do ser, conseqüentemente se torna transversal a dimensão ética quanto a dimensão biológica. Nós humanos somos os únicos seres que podemos assumir responsabilidade perante o que fazemos e, fundamentalmente nos colocamos como responsáveis, pois é assim que pensa Hans Jonas.

Diante da ampliação da técnica e de suas consequências é necessário promover um conhecimento que seja capaz de apreender sobre os dilemas globais na perspectiva da inserção de elementos menores, locais e parciais. Durante a modernidade o conhecimento foi se fragmentando em disciplinas que dificultaram a relação de vínculo existentes entre as partes e a totalidade, é necessário que se estabeleça uma forma de conhecimento que seja capaz de apreender os objetos em sua contextualização, além é claro de sua complexidade e também de seu conjunto. O ser humano é curioso, neste sentido é preciso promover essa aptidão para localizar essas informações num contexto e em conjunto. Necessitamos de métodos que possibilitem relações de reciprocidade entre as partes e o todo em um globo complexo e desafiador. Nós humanos somos simultaneamente, físico, psíquico, biológico, cultural, histórico e social. Portanto essa é a constituição complexa da natureza humana, que foi ensinada de forma fragmentada, numa educação por meio de disciplinas, dificultando a visão mais ampla e em conjunto das relações epistemológicas presentes na ciência e no conhecimento. É necessário construirmos uma educação que se baseia no conjunto e que o homem desperte através da consciência e ao mesmo tempo encontre na sua identidade complexa saídas para uma educação libertadora e democrática. Nossa condição humana descrita acima: física, psíquica, biológica, cultural, histórica e social deve ser a base que impulsiona o ensino-aprendizagem. A compreensão de que essa condição simultânea é que possibilita um ensino baseado em sentidos, haja vista que somos esse ser multidimensional e transversal. Nós precisamos educar com base no destino da era planetária, apresentar para os educandos as comunicações entre os continentes ocorridas no início da idade moderna (século XVI), apresentando as relações das partes e do seu

todo. Os elementos de imposição e dominação entre as diversas sociedades que ainda encontramos presente em nossa História.

Durante o século XX as técnicas e as ciências construíram múltiplas certezas, mas em contrapartida surgiram várias incertezas. Por isso a nossa educação precisaria abranger em seu ensino aprendizagem a possibilidade de inserir o ensino das incertezas presentes nas ciências físicas (cosmologia e microfísica), na biologia e nas ciências humanas. As concepções deterministas das ciências modernas que acreditavam poder descrever nosso futuro caíram em abandono. No mundo de incertezas atual promovidos pela técnica e pela ciência, nós seres humanos precisamos elaborar estratégias que incitem a preparar nossas mentes para o inesperado, essa seria a educação vanguardista. A educação, neste cenário e com base na ética da responsabilidade tem como fim revelar os reais interesses ideológicos que disseminem a competitividade, o discurso meritocrático e as relações envolvendo uma reciprocidade financeira, estimulando interesses privados, egoístas, exploratórios e imediatos. A nova ética da responsabilidade demanda assumir uma visão pautada na coletividade, na solidariedade, no zelo com a natureza e na relação de reciprocidade com a vida. Isso quer dizer que a filosofia Jonásiana pode dar uma contribuição a educação pelas suas características de conscientização e responsabilidade, segundo Peroza

No campo da educação, a teoria da responsabilidade ajudará a levantar questões que poderão contribuir para a filosofia da educação. Não obstante, não poderá referir-se à escola como única responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da vida em sociedade. A educação perfaz a totalidade das ações, desde aquelas veiculadas pelos meios de comunicação, das ações públicas dos legisladores, do respeito intersubjetivo dentro do espaço público e da responsabilidade paterna como arquétipo de toda responsabilidade. Posto que a tarefa da educação no seu sentido amplo é dar uma formação global de conhecimentos que auxiliem a gestão da vida no mundo, a ética da responsabilidade poderá ser

um bom instrumento na valorização da vida, do meio ambiente e de tudo que deve existir (Zancanato 2011, p.1 *apud* Peroza, 2029, p. 7).

A compreensão deve ser outro aspecto da dimensão humana que precisa ser ensinada. Mas é preciso considerar que é um processo dialético, ou seja, ao educar para compreensão, já estamos trabalhando no educando a construção de possibilidades compreensivas e por consequência já está se educando para uma ética da compreensão, haja vista, que a aprendizagem é reforçada pelo exemplo. Portanto, ensinar compreendendo o papel de si e do outro no mundo. Além é claro de uma visão da compreensão planetária dos impactos causados por nossa ação na biosfera e reconhecendo a dignidade da natureza e dos demais seres, nos encaminha para uma prática educativa historicamente contextualizada e pautada na liberdade como fundamenta Paulo Freire:

Enquanto prática social e prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí, também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade. A existência humana não tem o ponto determinante de sua caminhada fixado na espécie. Ao inventar a existência, com os 'materiais' que a vida lhes ofereceu, os homens e as mulheres inventaram ou descobriram a possibilidade que implica necessariamente a liberdade que não receberam, mas que tiveram de criar na briga por ela. Seres indiscutivelmente programados, mas, como salienta François Jacob, "programados para aprender", portanto seres curiosos, sem o que não poderiam saber, mulheres e homens se arriscam, se aventuram, se educam no jogo da liberdade (1997, p. 66).

Nesse contexto, o processo de conscientização do cidadão nasce do diálogo desse homem com outros homens e consigo mesmo. Paulo Freire na sua obra *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* descreve como o cidadão entra em contato com o mundo e, assim, pode distanciar-se do objeto e de si mesmo para contemplá-lo:

Num primeiro momento a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Noutros termos, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura (1979, p. 15).

A importância da conscientização para o processo de mudança é quando esse homem se dá conta da descoberta de si mesmo e também do ambiente onde vive. O especialista em linguística aplicada Wilson J. Leffa afirma que:

Segundo a psicologia a conscientização é uma tomada de consciência. Passo de um estado de desligamento, de alienação, para um estado de conexão, de epifania. Não apenas isso, mas do que isso, eu não apenas sei, mas também sei que sei, tenho consciência da minha consciência (PODCAST – 2022).

A consciência também nasce do diálogo do homem com outros homens, com outras culturas e cenários. Essa procura significa uma sensação profunda de busca e realização, objetivando a compreensão e a essência das coisas. A importância da consciência para o homem é que através dela nos aproximamos da realidade. Para o educador Paulo Freire (1979, p. 15), “quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade”. A conscientização surge do ato de agir e refletir a “práxis”. Nas suas considerações, Freire destaca a importância do homem em reconhecer sua responsabilidade diante do mundo. Assim ele se expressa:

Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhe oferece [...]. (1979, p. 15).

Partindo desta premissa do compromisso, a conscientização ultrapassa a superfície da apreensão da realidade e atinge uma camada mais profunda através da criticidade e da epistemologia, ou seja, da forma como esse saber é aprendido e ou adquirido pelas

peças com base nas crenças, verdades e justificativas. Existe uma relação muito próxima da tomada de consciência pelo homem ao compreender sua ação no mundo e também sua inação, não existe neutralidade, a sua assunção ou não no mundo promove consequências. Não é possível estar no mundo e considerar-se isento de responsabilidades. Na reflexão freiriana, ao saber da sua presença no planeta, parte portanto da conscientização, esse homem se entende nele:

É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar (Freire, 2022, p. 7).

Assim como no pensamento freiriano, nas reflexões jonasianas o homem vive no espaço-tempo e precisa se dá conta dos problemas e dilemas do seu momento histórico. A conscientização que é pautada na maneira crítica de entender e compreender o mundo onde vive e também a maneira como se relaciona com a realidade, de forma dialética como bem salienta Freire (1979, p. 21): “Na medida em que o homem, integrando-se nas condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e leva respostas aos desafios que se lhe apresentam, cria cultura”. Embasado nessas considerações e ao tomar consciência de seu papel e do papel dos outros no mundo esse homem age ao compreender a realidade através da criticidade e da reflexão sobre o contexto histórico e sobre sua própria consciência; esse homem se desprende da condição de espectador apenas e passa a atuar como protagonista da sua própria história. Portanto, ao refletir sobre sua experiência e sobre o aprofundamento da técnica, Jonas apresenta como resposta à criticidade, que seria a resposta ética ao dilema do avanço técnico desmedido. Mais que uma resposta ao dilema da

técnica, a resposta Jonásiana é uma resposta histórica, um fazer a História a partir da conscientização:

Um homem faz história na medida em que, captando os temas próprios de sua época, pode cumprir tarefas concretas que supõem a realização destes temas. Também faz história quando, ao surgirem os novos temas, ao se buscarem valores inéditos, o homem sugere uma nova formulação, uma mudança na maneira de atuar, nas atitudes e nos comportamentos...Insistamos em que o homem, para fazer a história, tem de haver captado os temas. Do contrário, a história o arrasta, em lugar de ele fazê-la (Freire, 1979, p. 21).

Segundo o autor alemão (2013, p. 282), no momento presente o que cresceu foi o poder relativo do coletivo, significa dizer o corpo coletivo como as indústrias das mais diversas atividades: na agricultura, na química, na farmacêutica e na urbanização, entre outras. Estas cresceram e transformaram-se em sujeito coletivos, para Jonas essa exigência do princípio responsabilidade significaria dizer a responsabilidade não das pessoas no seu aspecto real, concreto, mas das denominadas instâncias de atuação. No seu livro técnica, medicina e ética, Jonas aborda a dimensão e o impacto coletivo dessas instâncias:

Isso significa, portanto, que a maioria dos grandes problemas éticos que levanta a moderna civilização técnica tem se tornado coisa da política coletiva. Em parte, são claros problemas de sobrevivência, mas em parte também problemas muito mais sutis, porque a sobrevivência da humanidade não está em questão quando, por exemplo, se realizam experimentos genéticos isolados em pessoas que numericamente não representam nada para a espécie (2013, p. 282-283).

Na avaliação de Hans Jonas, a preocupação da nova ética deve se voltar mais para o âmbito público que o âmbito privado, uma vez que o aspecto subjetivo sempre existirá, mas é no espaço coletivo onde o Princípio Responsabilidade precisa atuar,

O que podemos nós fazer para que a nossa ação não comprometa de antemão as futuras possibilidades de seres humanos como nós em suposto mundo e para que sigam existindo essas possibilidades de existência, em duplo sentido, ou seja, no sentido de permitir a

sobrevivência como tal e de uma existência humanamente digna e saudável? E, com isso, se desprende nesse momento, que o urgente não é a ideia de um grande êxito, mas, sim, a preocupação de que é necessário preservar e manter (2013, p. 283).

Mas é preciso considerar que o aspecto subjetivo deve ser levado em conta, a consciência do sujeito é um fator determinante para tomada de atitude diante do mundo e dos seus desafios, o que Jonas coloca como preocupação está relacionado às instâncias de atuação, não sendo propriamente as pessoas, mas os sujeitos coletivos de atuação. Evidentemente isso não desvincula a importância da consciência individual do sujeito. A cidadania plena passa pelo exercício consciente de direitos e liberdades políticas e sociais, além claro, do cumprimento de obrigações e deveres. Um cidadão consciente age de acordo com um conjunto de leis e normas estabelecidas na sua comunidade, participa ativamente das decisões políticas, respeitando as pessoas e esperando a reciprocidade no arcabouço de direitos e deveres. A cidadania, então, é esse conjunto de obrigações e também de direitos garantidos pelo Estado; o cidadão está submetido a esses direitos e deveres no contexto social, de acordo com Bonin (2008, p. 102): “Paulo Freire considera que para desenvolver uma consciência de cidadão, o indivíduo deve tornar-se consciente que ele é em parte produto de uma cultura e também criador da mesma”.

Dito isto, nessa relação o ser consciente compreende sua participação no mundo, onde ele produz cultura e também é construído por ela, a consciência é dinâmica não podendo ser estática. O homem pode através da educação e dos métodos caminhar na construção de um sujeito participativo e atuante na sociedade, capaz de provocar mudanças e construir sua própria história de forma sustentável e autêntica.

3.3 Uma ética aplicada ao homem, aos demais seres e à natureza

Podemos considerar como uma filosofia inovadora, sobretudo, porque sendo uma ciência do agir, neste caso demonstra aí sua realidade mais concreta, uma vez que não se trata de uma relação teórica simplesmente, a ética é a ciência da ação humana, por isso definitivamente concreta. Na sua essência falamos do princípio responsabilidade como uma ética voltada para o homem contemporâneo e para o aprofundamento da tecnologia e suas consequências, diferente da ética tradicional, em que a preocupação do estudo da moral estava relacionado ao comportamento humano e suas condições de reciprocidade, o princípio responsabilidade preocupa-se com o desenvolvimento da técnica, o papel exercido pelo homem neste contexto atual, com a natureza e, além de preocupar-se com o futuro da humanidade e com toda biosfera. Um aspecto importante do pensamento Jonasiano é que mesmo defendendo a preservação da natureza como elemento de preservação da própria espécie, Jonas não institui para a natureza um direito próprio, ou seja, não defende para natureza um direito próprio dela. Já o filósofo Michel Serres nos percebe como parasitas diante do hospedeiro...

Portanto, o retorno à natureza! O que implica acrescentar ao contrato exclusivamente social a celebração e um contrato natural de simbiose e de reciprocidade em que a nossa relação com as coisas permitiria o domínio e a possessão pela escuta admirativa, a reciprocidade, a contemplação e o respeito, em que o conhecimento não suporia já a propriedade, nem a acção o domínio, nem estes os seus resultados ou condições estercorárias. Um contrato de armistício na guerra objectiva, um contrato de simbiose admite o direito do hospedeiro, enquanto o parasita – o nosso actual estatuto – condena à morte aquele que pilha e o habita sem ter consciência de que, a prazo, se condena a si mesmo ao desaparecimento (Serres, 1990, p. 65-66).

O fundamental nas palavras de Serres é o impacto de nos conscientizarmos da nossa condição, mesmo que não haja uma relação simétrica entre o homem e a natureza, considerando que nesta relação o agir com responsabilidade é atribuído apenas ao homem. Mas o despertar sobre nossas atitudes e sobre nossa função me parece bastante apropriado. É importante a provocação, especificamente quando precisamos nos incomodar para sairmos da situação de conforto e atuarmos efetivamente na procura de saídas sustentáveis e equilibradas. Para isso, uma forma bastante plausível é nos incomodar sobre nossas ações e talvez nos observarmos como parasitas. A possibilidade de uma nova consciência passa pela perspectiva de um observador externo, mesmo imerso no seu tempo e espaço, é necessário ao homem responsável a observação de si, do seu próximo, do contexto social e histórico. Quando estudamos a ciência moderna, na constituição de seu projeto, encontramos a natureza e sua condição exterior, na sua dimensão não havia espaço para interioridade da natureza, de nenhuma forma que, segundo Jonas (2004, p. 95) “[...] a nova metafísica da ciência colheu os frutos de um dualismo que em sua longa trajetória havia esvaziado de seus conteúdos espirituais e vitais”.

Um dos objetivos principais da ética da responsabilidade é com as consequências das ações humanas, devido à amplitude dos impactos provocados pela tecnologia em todo o globo. Desta forma a ética elucidada pelo autor alemão não é centralizada no homem apenas, nos leva a uma reflexão sobre a vida e ao compromisso com as futuras gerações. O imperativo proposto por Jonas é racional e propõem uma ação coletiva como um bem público. A filosofia jonasiana merece destaque por se embasar em ações sustentáveis, ao colocar para discussão a atenção e o cuidado com a vida dos diversos

ecossistemas existentes no mundo, além da atribuição dos valores como a própria ética da responsabilidade que norteiam o agir do homem na dimensão do indivíduo para o embate público dos desafios socioambientais objetivando a preocupação com a vida nas mais variadas formas existentes em nosso planeta. Dessa maneira, é necessário destacarmos a compreensão de Jonas sobre a vida presente na sua obra, *O conceito de Deus após Auschwitz, uma voz judia*, em que ele afirma:

A fenomenologia da vida de Hans Jonas tornou possível uma compreensão renovada e segura não apenas do ser vivo em geral, mas também de sua evolução (de organismos elementares até o homem, passando pela planta e o animal). Não é possível recordar aqui os detalhes desse pensamento da vida. Basta dizer que a vida consiste em um processo de aumento da abertura ao mundo de uma transcendência que habita a imanência, mas ao preço de um risco cada vez mais importante. A vida é, de fato, um jogo com a morte. Ela somente existe, ao infinito, sob a forma de encarnações concretas e finitas. Ela evolui apenas sob a forma de espécies cada vez mais vulneráveis. Assim a planta, ao contrário da matéria, tem o privilégio de se abrir a seu ambiente, mas essa potência de liberdade é também uma necessidade, uma vez que ela deve a todo custo encontrar nesse ambiente os materiais que lhe permitirão se manter na existência (2016, p 11).

A ética jonasiana nasce, entretanto, do contexto e da percepção do niilismo, na sua concepção teórica e prática que contribuiu também para o crescimento da técnica desmedida. Ou seja, sem um controle ético. Daí portanto a necessidade de colocar limites à atividade humana através de uma nova ética. A ética da responsabilidade propõe desta maneira uma possibilidade de perpassar o ceticismo moral e o próprio niilismo que orienta a condução do desenvolvimento técnico. Muito embora a ética da responsabilidade tenha sido sistematizada na década de 1970, a sua importância e perspectiva continua atual, continua muito relevante por sua metafísica em um cenário pós-moderno e pela teoria dos valores atribuídos ao Ser e ao Não-ser. É importante destacar a importância da Razão, mas não é possível

desconsiderar a Metafísica e também a Ética como afirma Henrique C. de Lima Vaz. Essa análise é ampliada no livro *Escritos de Filosofia II - Ética e Cultura*:

[...] uma civilização que celebra a Razão, mas abandona a Metafísica e a Ética é semelhante, para lembrar uma comparação de Hegel, a um templo sem altar; que outro destino lhe resta senão o de tornar-se uma *spelunca latronum* (Mt 21,13)? (1993, p. 8).

Por isso, é fundamental uma ética que almeje a existência do homem e de todas as formas de vida presentes no planeta. Hans Jonas propõe a ética da responsabilidade voltada para o futuro, para um contexto civilizacional tecnológico, com a possibilidade de pensar a atualidade de maneira inovadora, pensando também a natureza e as gerações que estão por vir. Uma vez que não era objeto de análise para a ética tradicional a condição global da vida humana, assim também o futuro não próximo e o despertar da consciência da fragilidade dos demais seres vivos e da natureza. Seguindo o raciocínio jonasiano o futuro é, ao mesmo tempo, possibilidade de continuação dos seres humanos ou não, vai depender de nossas ações no presente, e naturalmente de não repetirmos os erros do passado. Portanto, é justamente nesse ponto, das limitações que Jonas aponta a importância de uma nova ética para esse novo tempo. Substituindo nesse cenário a ética antropocêntrica por uma ética biocêntrica, ou seja, que tenha na preocupação da vida seu maior objetivo. Nesse caso, Oliveira, Moretto e Sganzerlla afirmam que,

O ser é a lembrança constante do dever pois, se a responsabilidade é uma característica ontológica do ser humano, ela o obriga, na condição de seu detentor a “garantir a continuidade de sua presença no mundo” (IFM/FO, 145) (2015, p. 69-70).

Ora para o filósofo alemão a responsabilidade parte do ser, vem dele, garantindo, portanto, a permanência do homem e da biosfera. Diante da degradação do ambiente provocada pelo desenvolvimento

da técnica moderna, o autor alemão faz uma crítica ao que se considera “progresso tecnológico”, visto que para Jonas é justamente o sucesso da técnica que devemos nos preocupar e não o fracasso da mesma, pois o que está em jogo com esse “sucesso” é o nosso futuro e do mundo como conhecemos desde então. No livro *Princípio responsabilidade*, Hans Jonas (2006, p. 43) afirma que: “Não há nada melhor que o sucesso, e nada nos aprisiona mais que o sucesso”. Por isso é preciso refletir sobre a ação da técnica e procurar freios e contra pesos através de princípios éticos na perspectiva de minorar impactos e encontrar soluções mais sustentáveis para a biosfera.

A nossa espécie conferiu a terminologia “progresso” a algo associado diretamente a sua própria essência. Com outra conotação, o “progresso” passou a ser uma obsessão, ou seja, foi considerado pelo homem como um fim em si mesmo. E o espaço por onde esse “progresso” se desenvolveu, sofreu várias consequências significativas,

Pois a fronteira entre “Estado” (*pólis*) e “natureza” foi suprimida: a “cidade dos homens”, outrora um enclave no mundo não-humano, espalha-se sobre a totalidade da natureza terrestre e usurpa o seu lugar. A diferença entre o artificial e o natural desapareceu, o natural foi tragado pela esfera do artificial; simultaneamente, o artefato total, as obras do homem que se transformaram no mundo, agindo sobre ele e por meio dele, criaram um novo tipo de “natureza”, isto é, uma necessidade dinâmica própria com a qual a liberdade humana defronta-se em um sentido inteiramente novo (2006, p. 44).

A cidade (*pólis*) foi cada vez mais devorando o lugar que inicialmente pertencia à natureza. É preciso diante de uma ética com fundamentos na dimensão do Ser, dispor de uma simbologia real e transparente das coisas em si. Nesse entendimento para ser é preciso existir e, portanto, para existir é necessário viver e possuir deveres, como destaca Bingemer na apresentação da obra, *O princípio responsabilidade* de Jonas (2006, p. 17) “[...] Somente uma ética

fundada na amplitude do Ser pode ter significado”. Por isso, compreendemos que somos seres capazes de refletirmos sobre nossas ações, possuímos a liberdade para agirmos com responsabilidade diante de nossos atos.

Os valores éticos ao longo da História têm sido uma referência para que as atitudes humanas sejam praticadas, buscando sempre a promoção do bem-estar da sociedade. Não é possível agir de maneira ética se não for com responsabilidade, por isso, em suas atitudes o homem, precisa de valores éticos para orientá-lo diante de suas realizações, e também precisa da responsabilidade para que seja garantido que esta ética possa ser colocada em prática perante as dificuldades e problemas sociais e ambientais, resultado da degradação do meio ambiente, provocados pela ação humana e pelo uso da técnica. Na análise jonasiana, as ações devem considerar o tempo presente e também o tempo futuro simultaneamente, uma vez que leva em consideração as possíveis consequências das atitudes dos agentes, geralmente políticos. Na ética da responsabilidade existe um elevado destaque para o conceito de “dever” e também para os resultados da ação da tecnologia no nosso planeta. Mas, no Princípio Responsabilidade também é muito forte a expectativa que as pessoas possam se conscientizarem que é possível “frear” determinados excessos no presente, o que por consequências diminuiria, já que não é possível evitar, determinados problemas para o futuro. Segundo Oliveira (You tube,2020) sobre a ética da responsabilidade destaca: “Eu tenho que prevê, ser previsível sobre as consequências dessa minha ação, isso é a ética da responsabilidade”.

É fundamental destacar que mesmo se tratando de um problema muito complexo, que é a expansão da técnica desenfreada, parte da

descrição do princípio responsabilidade visa dimensionar, ou procurar prever as consequências das minhas ações sobre o ambiente. Embasada em tal compreensão, a ética da responsabilidade é a previsibilidade sobre as consequências das ações do homem.

A prudência se transforma no âmago da responsabilidade jonasiana, no centro do agir moral. Porém, a prudência é uma precaução no momento de agir, desta maneira trata-se de um saber que leva em consideração as consequências na ação. Jonas (2006, p. 93) salienta: “[...] tal é o nosso dever básico para com o futuro da humanidade, a partir do qual podemos deduzir todos os demais deveres para com os homens futuros”.

Entretanto, nessa dedução, é necessário o juízo que, fundamentalmente, implica que

[...] a ética da solidariedade, da simpatia, da equidade e até mesmo da comiseração, de modo que, ao transpor os nossos próprios desejos e medos, alegrias e tristezas, conferimos a esses homens do futuro, numa espécie de simultaneidade fictícia, o direito que essa ética também concede aos contemporâneos e que somos obrigados a seguir, e cuja observância antecipada transforma-se aqui numa responsabilidade particular nossa, por causa da causalidade inteiramente unilateral do nosso papel de autores da sua condição (Jonas, 2006. p. 93).

Com base no imperativo já anunciado e no direito que os homens têm de existir no futuro. É preciso levar em consideração também os deveres e os direitos com as possibilidades de felicidade do homem no presente e no futuro. Jonas apresenta a ontologia do ser e o dever, na sua avaliação para a afirmação de nosso ser, necessitamos possuir a noção também do dever, posto que para algo ser um bem em si, este algo não precisa de nada a não ser de si mesmo, destacando-se neste momento as ações sustentáveis, como algo que nasce por causa de uma reflexão realizada pelo ser ao optar por algo ou mesmo atuar num contexto de tal forma que age conduzido pela ética da

responsabilidade. Evidenciamos que valores como a ética da responsabilidade, elaboradas na filosofia jonasiana, promovem ações consideradas sustentáveis e que são fundamentadas no nosso cotidiano, decisivamente, contribuindo para uma vida mais sustentável em nosso planeta, mesmo com muita dificuldade, mas as ações sustentáveis pautadas na ética da responsabilidade surgem de uma consciência política despertada para a responsabilidade perante à vida.

O nosso papel como indivíduos e o da sociedade nas dinâmicas de preservação do meio ambiente podem promover e obter como resultado ações mais sustentáveis. Uma vez que a conotação de sustentabilidade social está relacionada à ideia de bem-estar, e às atribuições dos sujeitos e das instituições através da responsabilidade social. Nessa ótica, é evidente que o homem alcança diversos benefícios ao construir ações mais sustentáveis, especialmente na elaboração e afirmação dos direitos humanos dos cidadãos, na confirmação da segurança e da justiça, o que impacta diretamente na qualidade de vida. Qualidade esta que não pode ser reduzida apenas ao bem material. Mas, sobretudo, na perspectiva da promoção de igualdade de oportunidade e participação e inclusão social, promovendo autonomia e protegendo cada vez mais os cidadãos.

Na reflexão jonasiana, a ética está voltada para a promoção de uma ação que almeja a existência de uma vida em equilíbrio e sobretudo com a possibilidade de uma técnica mais previsível, com a continuidade das mais variadas espécies, uma vez que a atitude sustentável está ligada à sua própria finalidade. Desta forma, a finalidade é algo inerente à medida que se deseja contemplar um bem em si, sendo, portanto, a sustentabilidade a continuidade da vida. Neste seguimento o sentimento de responsabilidade precisa persistir na ação

e na prática de maneira sustentável, uma vez que a todo instante somos conduzidos e agirmos pela necessidade e também somos seres que a todo momento criamos necessidades. O desafio é uma maneira de agir na busca de supri-las. Logo nós, seres humanos, devemos atuar de maneira consciente e responsável, ou seja, de forma sustentável, pois são nossas escolhas que determinarão se foram escolhas sustentáveis ou não. É necessário considerar que diante da preocupação atual da sociedade relacionada às questões éticas, a pauta tem despertado discussão e promovido debates nos mais variados segmentos sociais, demandando questionamentos e atenção vinculados ao meio ambiente e também às futuras gerações. No aprofundamento do estudo em questão, o homem é visto como objeto da técnica, isto é,

Nossa tese é de que os novos tipos e limites do agir exigem uma ética de previsão e responsabilidade compatível com esses limites, que seja tão nova quanto as situações como as quais ela tem de lidar. Vimos que estas são situações que emergem das obras do *homo faber* na era da técnica. Mais ainda não mencionamos a classe potencialmente mais funesta dessas obras de nova espécie. Situamos a *techne* apenas em sua aplicação no domínio não-humano. Mas o próprio homem passou a figurar entre os objetos da técnica. O *homo faber* aplica sua arte sobre si mesmo e se habilita a refabricar inventivamente o inventor e confeccionador de todo o resto. Essa culminação de seus poderes, que pode muito bem significar a subjugação do homem, esse mais recente emprego da arte sobre a natureza desafia o último esforço do pensamento ético, que antes nunca precisou visualizar alternativas de escolha para o que se considerava serem as características definitivas da constituição humana (Jonas, 2006, p. 57).

Portanto, é fundamental a potencialização da criticidade sobre a atuação da técnica, nosso papel neste contexto, lembrando que somos a única espécie capaz de se distanciar o suficiente e de consciência para atuarmos de forma responsável. Entendermos a nossa participação e termos a capacidade de abstração, ou seja, nos entendermos como atores dentro e fora no “palco”, com possibilidade de mudarmos o conceito ético: de homem-homem (visão antropocêntrica) para um princípio ético homem-mundo (visão

DA TÉCNICA À ÉTICA:

olhar crítico de Hans Jonas para a construção de uma ética da responsabilidade

antropológica), em que é estabelecida a promoção da alteridade, ou seja, onde os seres humanos possam implementar uma relação de respeito e responsabilidade para consigo mesmo e para com todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar a importância da ética da responsabilidade para uma sociedade tecnológica, partindo do princípio de que o autor procurou configurar uma nova ética do futuro não limitada ao simples formalismo; incluindo na sua filosofia, a virtude, a ontologia e o sentido de responsabilidade. Assim como também objetivando chegar ao campo da deontologia, ou seja, do dever com base na moralidade, mas sem ser classificado como um imperativo categórico novo, apenas como orientação para uma nova compreensão e uma nova maneira de agir no contexto de expansão e supremacia da tecnologia. É válido ressaltar que o princípio responsabilidade busca uma ruptura com o formalismo tradicional através de uma sabedoria prática e transparente no contexto de justiça, com base nos sentidos de amizade e respeito, além de alteridade, considerando inclusive as futuras gerações.

O alicerce para uma responsabilidade que tem como consequência afetos e sentimentos, mas que, orienta no âmbito do direito, das legislações, da política e também utiliza aspectos do formalismo de Kant, ou seja, não rejeita a ética tradicional, reconhece sua importância e a utiliza com sensatez, muito embora com ressalvas. Jonas se diferencia do pensamento filosófico tradicional que valorizava a relação do homem com os outros homens para uma ética que leva em consideração todo um conjunto presente na biosfera e nunca levado em conta pela ética tradicional. Destacamos a responsabilidade no

exercício filosófico de Jonas, sobretudo, no espaço da moral, pois esse tema é tradicional no espaço jurídico. É possível identificar a originalidade na obra de Jonas quanto aos temas envolvendo a natureza e o futuro das próximas gerações, além do combate à ideia de progresso promovido pela civilização tecnológica, o filósofo não é distópico, ou seja, Jonas não se denomina contra a técnica, apenas entende que é possível estabelecer um controle através da ética da responsabilidade.

A responsabilidade na avaliação jonasiana deve ser acionada pelo sentimento de responsabilidade presente nos sujeitos conscientes de sua importância e habitantes deste planeta, não desconsiderando a ordem existente no mercado e também a tecnologia. O entendimento de que estamos todos ocupando o mesmo planeta, nos torna, na visão do filósofo alemão, responsáveis pelo outro, principalmente o outro fragilizado, ou mesmo em vulnerabilidade, como aquele sujeito que não existe no presente, reivindicando a possibilidade de existir no futuro. É necessário ressaltar que ao nos responsabilizamos pelo outro, também nos responsabilizamos pela manutenção de nossas vidas também, que a lógica da moral, portanto, é sua extensão para todos, neste caso seja no presente e no futuro.

A ética constituída por Jonas parte do pressuposto de que todos nós devemos assumir a responsabilidade para além das lideranças públicas e mesmo dos países e nações, uma vez que segundo o autor alemão somos eminentemente responsáveis pela autenticidade da vida futura na proporção que detemos o conhecimento e também podemos olhar de forma preditiva para o que possa vir. Essas características são exclusivas nossas, não existe outros seres no planeta capazes de virtude intelectual e que possam imaginar possibilidades de

sobrevivência no futuro, por isso cabe a nós, seres humanos, a assunção da responsabilidade sobre toda biosfera e também sobre as gerações futuras, garantir a vida na atualidade e também a vida no tempo futuro. Um novo paradigma é inaugurado com a filosofia jonasiana: a preocupação com a natureza, com a estabilidade climática, com os demais seres, com o equilíbrio ecológico. Preocupações antes não existentes, passam a nortear as preocupações da nova ética, como por exemplo: Por que devemos nos preocupar com as futuras gerações e os demais seres? Que preocupação devo ter por algo que poderá existir quando eu não estiver mais vivo? A resposta dada por Jonas para esses questionamentos sinaliza para a compreensão de que nossa responsabilidade é ontológica, parte do ser, então, na visão jonasiana há um direito das gerações futuras existirem no futuro, reflexão que faz também por tal entendimento de garantir a vida humana no presente.

O desenvolvimento histórico da humanidade nos coloca como detentores dos recursos naturais objetivando uma sociedade justa e com base no progresso. Não obstante, nos dias atuais, nosso entendimento sobre o comportamento do homem com relação à natureza nos remete a uma atitude do homem relativo à natureza que nos revelou uma atitude destrutiva, já que a natureza ao longo da história serviu para atender às necessidades do homem. É válido salientar que com o conceito de sustentabilidade, ou seja, um conjunto de práticas ecologicamente corretas, socialmente justas e ecologicamente viáveis, a biosfera passou a ser a nova dimensão responsável do ser humano. Para os gregos, o horizonte ético era a eudaimonia (bem final), para Kant, existe uma moralidade na ação, através da obediência às regras, nos dias atuais, temos no olhar de

Hans Jonas a compreensão de que a ética da responsabilidade surge do sentimento, da razão sensível, que desemboca a possuir uma atitude responsável para com o próximo, para como o Ser autêntico no tempo futuro.

Jonas buscou embasar sua filosofia a partir de três aspectos: ontológicos, biológicos e fenomenológicos. Segundo o autor ao longo da História, a vida foi marcada por uma interpretação dualista, a sua base na modernidade foi reafirmar a retirada dos conteúdos espirituais do âmbito físico, uma vez que a metodologia epistemológica estava associada a restrição das qualidades espirituais no mundo. Ao longo da modernidade sobretudo com o pensamento cartesiano a separação entre corpo e alma foi enfatizada. E a consequência será a delimitação do corpo daquilo que a alma não é e por sua vez a alma é aquilo que o por sua vez o corpo não é. Os organismos vivos durante a modernidade, sobretudo a partir do materialismo moderno foram compreendidos e descritos como fenômenos físico-matemáticos do mundo. E essa metodologia é estendida para as ciências exatas e também para as ciências naturais. Com base nesse contexto, Jonas (2004, p. 19) procura afirmar que a ciência moderna desenvolveu uma “ontologia cujo substrato é a matéria desprovida de todo e qualquer traço de vida, a matéria pura”.

Ao analisar tal descrição o mundo passa a ser considerado uma massa estática. Diante de tal entendimento o mundo para ser conhecido estaria morto res extensa, atribuído por Jonas como “ontologia da morte”. É possível dizer que para o entendimento jonasiano, de acordo com a modernidade: somente o que está morto poderia ser conhecido pelo método científico moderno com base nos dados físico-matemáticos. Amparados nas considerações acima, o vivo

só pode ser conhecido a partir da matéria pura ou de uma massa estática, o problema para Jonas é que tal método não alcançou todo entendimento sobre a vida, toda compreensão. Pois a vida é portadora de uma dimensão espiritual, portanto não pode ser compreendida pelo método científico em vigor. O importante para nós é entender que a vida na modernidade só foi analisada utilizando como base um de seus componentes que foi a matéria, caracterizada por uma interpretação, pode ser ampliada por diversas compreensões, inclusive interpretações equivocadas. Já os aspectos fenomenológicos da vida na visão jonasiana propõem reabilitar a teleologia como possibilidade e instrumento para uma “filosofia da vida”.

É preciso considerar que a ciência moderna cerceou a natureza de qualquer meta, inclusive eliminando as causas finais e também as causas formais, permanecendo somente as causas eficientes. Partindo desta lógica, o que existe fisicamente é o que provocaria a causa do outro existente, ou seja, sem nenhuma intenção e condução a uma meta. Neste caso a vida é formada por forças que atuam de maneira neutra e cega. Ao refletirmos sobre a maneira como a natureza foi vista pela ciência moderna, chegamos à conclusão que esse olhar provocou um desencantamento da visão do homem em relação ao cosmos e também com relação a ele mesmo. Partindo desse entendimento, a natureza passa a ser vista como desprovida de interesse e de finalidade e também de vontade. Diante desse quadro o ser humano, por ser o único a ser compreendido com uma interioridade é também o único ser que legitima suas decisões como resultado de seu desejo.

O fenômeno da vida para Hans Jonas não pode ser interpretado de maneira convencional: numa ótica dualista e fragmentada, pois divide os elementos ontológicos da matéria e do espírito, no seu olhar

estes elementos são constituições que integram o ser vivo, O ineditismo em sua filosofia da vida é pautado na superação da divisão da vida nos seus aspectos objetivos e subjetivos, visando um monismo integral e uma unidade psicofísica, A compreensão do ser vivo para Jonas e sua ontologia baseia-se no organismo, ou seja, numa ontobiologia, considerando que na ontologia física, refletida por Jonas, as condições externas foram preponderantes para a evolução da vida. Diante dessas considerações, a ética jonasiana nos diz como agir para manter e preservar a vida humana na terra.

A nova ética exige de nós, além da responsabilidade, sabedoria para utilizar o conhecimento e também muita humildade, já que é preciso cautela para dispor da técnica e ter a consciência de que muitas respostas para a tecnologia não estão nela, mas, podem está justamente na ética.

Segundo Jonas, mesmo que não acreditemos na bondade inata do homem, é preciso apostar na liberdade, tendo em vista ser a autonomia um valor moral em si, que impulsiona o sujeito para o senso da responsabilidade e também da sabedoria. Seguindo esse raciocínio, é possível compreender que a liberdade nos levou para a condição atual de toda humanidade, e podemos concluir, portanto, que esta mesma liberdade decidirá sobre o nosso futuro enquanto planeta.

A compreensão da responsabilidade jonasiana está ligada ao dever do poder, tendo em vista o próprio uso da técnica como possibilidades de dominação. Por uma parte temos o objeto na insegurança da própria existência e do outro lado o indivíduo constituído de poder sobre o objeto.

Nós, seres humanos, carecemos de uma ética que leve em conta a responsabilidade sem a exigência da duração, da relação de proximidade e reciprocidade. Precisamos de um imperativo que nos coloque como curadores do meio ambiente e que tenhamos uma maneira sustentável de olhar a nós mesmos e a biosfera, que não sejamos prisioneiros do próprio engenho, que sejamos protagonistas de nossa própria História, que não sejamos reféns da técnica, que possamos aperfeiçoá-la, através da ética. Esses são os desafios elucidados pela nova ética jonasiana. Não existe solução rápida ou mesmo fácil, o problema é complexo, mas é possível dizer que precisamos humanizar os conhecimentos tecno científicos na perspectiva de garantir um ambiente mais digno e acolhedor para todos os seres, inclusive para nós mesmos.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Metafísica**: livro I – II; *Ética à Nicômaco*; *Poética*. Tradução: Vincenzo Cocco *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Pensadores).
- BEZERRA, Charles. **A máquina de inovação**: mentes e organização na luta por diferenciação. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- BONIN, Luiz Fernando Rolim. Educação, consciência e cidadania. SILVEIRA, AF., *et al.* (org.). **Cidadania e participação social**. (E-books), Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 92-104. Disponível em: [silveira-9788599662885-10.pdf](#) (scielo.org). Acesso em: 4 nov. 2023.
- BURNS, Edward McNall; LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish. **História da civilização ocidental**, v. 2. 39. ed. Tradução: Donaldson M. Garshagen. São Paulo: Globo, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à filosofia**: ensino médio. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- CORTINA, Adela e MARTINEZ, Emílio. **Ética**. São Paulo: Loyola, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução: Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Tradução: Moacir Gadotti, Lilian Lopes Martin. São Paulo: Paz e Terra [2022]. Disponível em: [Paulo Freire - Educação e Mudança.pdf](#) - Google Drive. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FOCHESATTO, Elias. Considerações iniciais. *In*: FOUCHESATTO, Elias. **Exigências filosóficas e éticas para a técnica moderna em “O princípio responsabilidade” de Hans Jonas**”. 2006. Dissertação

(Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e techne**: o homem na idade da técnica. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JONAS, Hans. **O princípio vida**: fundamentos para uma biologia filosófica. Tradução: Carlos Almeida Pereira. Petrópolis; Vozes, 2004.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução: Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

JONAS, Hans. **Técnica, medicina e ética**: sobre a prática do princípio. Tradução: Grupo de Trabalho Hans Jonas da ANPOF. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Ethos).

JONAS, Hans. **O conceito de Deus após Auschwitz**: uma voz judia. Tradução: Lilian Simone Godoy Fonseca. São Paulo: 2016. (Coleção Ethos).

JÚNIOR, Oswaldo Giacoia. **A ética da responsabilidade**. 2017. Café Filosófico. Disponível em: A ética da responsabilidade | Oswaldo Giacoia Jr. - YouTube. Acesso em: 6 nov. 2022.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. (Coleção Trans).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortês, 2011.

OLIVEIRA, Jelson. **Compreender Hans Jonas**. Petrópolis: Vozes, 2014. (Série Compreender).

OLIVEIRA, Jelson; MORETTO, Giovani; SGANZERLA, Anor (org.). **Vida, técnica e responsabilidade**: três ensaios sobre a filosofia de Hans Jonas. São Paulo: Paulus, 2015. (Coleção Ethos).

OLIVEIRA, Jelson Roberto de. **A ética da responsabilidade**. 2020. Canal do Professor – Formação Continuada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TDrUTNAwiWM>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, Jelson - A ética da responsabilidade em Hans Jonas. [S. l.: s. n.], 9 nov. 2020. 1 vídeo (54 min 45 s). Disponível em: A ética da responsabilidade em Hans Jonas (youtube.com). Acesso em: 15 out. 2023.

PECORARI, Francesco. O conceito de liberdade em Kant. **Revista Ética e Filosofia Política**, n. 12, v. 1, abr./2010.

PEGORARO, Olinto. **Ética dos maiores mestres através da história**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEROZA, Juliano. O princípio responsabilidade e a educação: aportes freirianos para uma compreensão ecopedagógica da eurística do temor em Hans Jonas. **EccoS Revista Científica**, Curitiba, n. 50, p.1-23, 2019.

PODCAST LEA: Brasil: Conscientização segundo Paulo Freire. Locução de: Vilson J. Leffa Gunter. [S. l.]: Epifanias em Linguística Aplicada, 19 mar. 210. *Podcast*. Disponível em: Conscientização segundo Paulo Freire (youtube.com). Acesso em: 18 nov. 2022.

PUNTES, Fernando Rey. A técnica em Aristóteles. **Revista Hypnoe**, Campinas, n. 4, ano 3 (1998), p. 129-136, set. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Ermano%20Rodrigues/Downloads/walves,+Hypnos4-0015.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Lisboa: Instituto Piaget, Lisboa, 1994. (Epistemologia e Sociedade).

SGANZERLA, Anor. Responsabilidade. *In*: OLIVEIRA, Jelson; MORETTO, Giovani; SGANZERLA, Anor (org.). **Vida, técnica e responsabilidade**: três ensaios sobre a filosofia de Hans Jonas. São Paulo: Paulus, 2015. (Coleção Ethos).

TABOSA, Adriana Santos. As noções de práxis e poiêsis em Aristóteles. 2019. **Argumento**, n. 10, P. 49–56. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/argum/article/view/29363>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VALVERDE, Antonio. Hans Jonas e o princípio responsabilidade. **Revista Dissertatio de Filosofia**, Pelotas, v. suplementar 7, maio/2018.

VAZ, Henrique de Lima. **Escritos de filosofia II: ética e cultura**. São Paulo: Loyola, 1993.

ZIRFAS, Jürg. **Ética global como ética global**. 2001. Disponível em: SciELO - Brasil - Ética global como ética glocal Ética global como ética glocal. Acesso em: 7 jun. 2023.

AUTOR

EDNARD WILLAMS ALVES BEZERRA

Graduado em História pela UPE (2000), Pós-graduado em História de Pernambuco pela UFPE (2002), Mestre em Filosofia pela UNICAP (2024). Atualmente é Professor na Rede Pública do Estado de Pernambuco e no Município da Cidade do Recife.

E-mail: ednardbezerra@hotmail.com




Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492083-4



9

786554

920834